

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

GIOVANI DE OLIVEIRA

**DIÁLOGO, INVESTIGAÇÃO OU COMBATE:
A Representação da Polícia Civil do Rio Grande do Sul segundo sua
assessoria de imprensa e nos jornais Zero Hora e Correio do Povo**

Porto Alegre

2015

GIOVANI DE OLIVEIRA

**DIÁLOGO, INVESTIGAÇÃO OU COMBATE:
A Representação da Polícia Civil do Rio Grande do Sul segundo sua
assessoria de imprensa e nos jornais Zero Hora e Correio do Povo**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo.

Orientador: Prof.^a Dra. Sandra de Fátima Batista de Deus

Coorientador: Ms Francisco de Paula Rocha Amorim

Porto Alegre

2015

AGRADECIMENTO

Só posso começar agradecendo à Marina de Oliveira, mãe, que desde sempre lutou para que eu pudesse estudar e que me auxilia na tentativa de crescer como pessoa. Sem ela, seu esforço e suas cobranças tudo seria infinitamente mais difícil.

À Sandra de Deus e ao Francisco Amorim, pela compreensão, paciência, pelos puxões de orelha e por acreditarem neste trabalho.

À professora Ilza Girardi, por não permitir que eu deixasse de acreditar no Jornalismo. Ao professor Wladimir Ungaretti, por toda a inspiração e subversão.

Aos meus padrinhos Norma, João Carlos e Vânia, pela amizade e cumplicidade em todos os momentos.

Aos compadres Cátia, André, Bel e Antônio, pela Gabi e pela Duda.

Aos irmãos do Grupo Escoteiro Arno Friedrich, em especial à chefia do Ramo Lobinho, por toda a parceria, diversão e ensinamentos, além da compreensão pela minha ausência durante a construção deste trabalho.

À Gurizada, pelos churras PT na casa do Tiago, pelo futebol de quinta e por todo o resto nos últimos 12 anos.

À minha família, por todo o conforto em momentos difíceis e muita diversão durante a maior parte da vida.

Aos amigos do Patético Mineiro FF e do La Pauta, pelos momentos de diversão e amargura na vida fabicana e pelo 4x3 histórico.

Aos colegas de UFRGS TV, PM5, DCS e Cartola, pelo convívio sempre divertido e pelo aprendizado.

Ao Sport Club Internacional, por existir.

RESUMO

Esta monografia apresenta um estudo sobre a representação social da Polícia Civil do Rio Grande do Sul construída através de sua assessoria de imprensa e dos jornais Zero Hora e Correio do Povo. Para isto, utilizou-se a análise de conteúdo das notícias e reportagens onde o trabalho da instituição era citado durante o mês de novembro de 2014, observando de que forma a ação policial era representada e como os veículos se posicionavam frente à conduta ali noticiada. Esta análise foi embasada em diferentes autores que discutem os critérios jornalísticos de construção das notícias, os diferentes tipos de organização policial e o conceito e aplicação das representações sociais. O estudo identificou uma tendência de representação da polícia por seu viés técnico-profissional, mas com uma forte presença de condutas autoritárias que não são questionadas pelos jornais estudados, além de uma falta de espaço para ações comunitárias e de crítica pela possível ausência destas ações.

Palavras-chave: imprensa, jornalismo, Polícia Civil, representações de polícia, tipos de polícia Zero Hora, Correio do Povo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valores-notícia.....	23
Quadro 2 – Tipos ideais de polícia	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. JORNALISMO	11
2.2. Jornalismo no Brasil	12
2.2.2. Jornalismo no Rio Grande do Sul	14
2.2.2.2. Correio do Povo	14
2.2.2.3. Zero Hora	15
2.3. O que é notícia?	16
2.3.2 Valor-notícia e critérios de noticiabilidade	17
2.3.3 Valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção	20
3. POLÍCIA.....	24
3.2 Contexto histórico da polícia brasileira	26
3.3. Legislação	27
3.4 Diferentes tipos de atuação policial	29
3.4.2 Polícia de consenso	29
3.4.3 Polícia militarizada	31
4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	34
4.2. Nos meios de comunicação de massa.....	39
4.3. Segurança pública e violência.....	42
5. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA CIVIL SEGUNDO SUA ASSESSORIA DE IMPRENSA E OS JORNAIS ZERO HORA E CORREIO DO POVO.....	44
5.1 Percurso metodológico.....	44
5.2. Ausência ou pouca representatividade de polícia de consenso.....	47
5.3. Polícia técnico-profissional, mas repressiva.....	49
5.4. Representações de combate.....	52
5.4.2 Segundo a assessoria de imprensa	52
5.4.3 Nas páginas dos jornais Correio do Povo e Zero Hora	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57

REFERENCIAS.....60

Apêndice.....63

1. Introdução

A proposta deste trabalho é analisar de que forma a Polícia Civil é representada rotineiramente no jornalismo impresso gaúcho. Esta observação se faz necessária entendendo que a questão da segurança pública é presente em debates cotidianos e também tem espaço garantido diariamente nos jornais. No entanto, nem sempre o tema é tratado com a profundidade que merece.

Uma discussão presente na sociedade e que ganhou força como uma das bandeiras das manifestações de junho de 2013 é a da desmilitarização da polícia. No Brasil temos polícias institucionalmente militares, tidas inclusive como forças auxiliares do exército, que são responsáveis pelo policiamento ostensivo. Também temos polícias institucionalmente civis, em sua maioria, responsáveis pelos trabalhos investigativos e de polícia judiciária.

No entanto, mais do que discutir se as polícias devem ser institucionalmente militares ou não, é preciso discutir que modelo de polícia se busca. Existe um modelo de polícia militarizada, cuja inspiração maior é francesa, que se constitui também pela forma de organização, planejamento e atuação na sociedade. Em contraponto, o modelo de inspiração inglesa aposta em uma ideia de proximidade com a população, buscando tornar os cidadãos parceiros da polícia.

Trazendo esta divisão para a discussão brasileira, ter uma polícia mais próxima da comunidade, compromissada com direitos humanos vai além de ter uma polícia institucionalmente civil, depende sim de que forma esta polícia se portará, que estratégias e de que forma desempenhará seu trabalho. Partindo deste pressuposto, optou-se por observar as notícias relativas ao trabalho de Polícia Civil, que, em uma análise mais rasa, levasse em conta apenas o vínculo institucional, estaria fora do debate sobre desmilitarização policial. Mas um debate sério sobre o modelo de polícia que queremos deve se perguntar também se as polícias civis que temos também não reproduzem uma ideia militarizada de combate. Será que apenas desvincular as polícias das Forças Armadas é suficiente para termos uma polícia mais humana?

Esta questão não se responde em apenas um estudo. Porém, entendendo o Jornalismo como importante ator social, que ocupa um papel de protagonismo na

construção de representações sociais, observar como a imprensa apresenta os fatos relativos à segurança pública pode trazer uma contribuição para o debate. Visto que as representações sociais, embora não constituam uma forma de saber científico, formam uma importante parte do conhecimento popular e como resultado, influenciam, inclusive, ações de autoridades do Estado.

Então, o objetivo deste trabalho é observar de que forma os jornais Zero Hora e Correio do Povo contribuem para a construção da representação social da Polícia Civil do Rio Grande do Sul e como a própria instituição trabalha a sua imagem através de sua assessoria. Nestas análises cabe observar, não apenas como cada veículo representa a Polícia Civil, mas também como se porta diante de tal representação. Para tanto buscou-se observar:

- a) Que fatos relativos ao trabalho policial ganham mais destaques nos jornais e no site oficial da instituição?
- b) Estes fatos e o trabalho policial realizado são alvos de discussão no material jornalístico produzido?
- c) A construção da narrativa noticiosa utiliza termos que reforcem um tipo de representação?
- d) Diante da representação construída, existe alguma crítica?
- e) Que atores sociais ganham espaço nesta discussão?

Para fazer um recorte, de modo que fosse possível colocar um olhar mais atento sobre o trabalho da imprensa, decidiu-se fazer um estudo sobre o jornalismo impresso do Rio Grande do Sul, tendo como material de análise os jornais Zero Hora e Correio do Povo. Também é possível entender que a forma como a Polícia Civil do Rio Grande do Sul representa a sua imagem, através de sua assessoria de imprensa, pode nos dar um exemplo de como uma das tantas polícias civis brasileiras entende que deva ser seu trabalho, que ações são valorizadas e que outras ações recebem uma atenção menor.

Para discutir o trabalho realizado pela imprensa, é preciso entender o que é o trabalho desta imprensa. No capítulo 2 resgataremos um pouco da história do

Jornalismo, seu desenvolvimento no Brasil e no Rio Grande do Sul, além, é claro, da história dos jornais analisados, com apoio em Sodré, Fonseca e Traquina.

Além da questão histórica, também é preciso observar o que dita o fazer jornalístico, para tanto, ainda no mesmo capítulo apresentaremos com Nelson Traquina a discussão sobre como o jornalista seleciona os fatos que são dignos de serem noticiados nos jornais.

O capítulo 3 retomará as origens da polícia e os modelos francês e inglês, a partir do estudo de Lea e Young. Ainda no mesmo capítulo serão observados os tipos-ideais de polícia, descritos por Tavares dos Santos e também o que diz a Constituição Federal e a Lei Estadual sobre o trabalho e atribuições da Polícia Civil.

No capítulo 4, com base no que dizem Morigi, Jodelet, Teixeira, entre outros, discutiremos o conceito de Representação Social. Observando um pouco de como o Jornalismo produz a sua própria representação e também como ocupa um papel de protagonismo na construção de representações sociais. Na sequência do capítulo, observaremos a discussão trazida por Grossi a respeito das representações construídas sobre violência e segurança pública.

Alicerçado nos apontamentos técnicos de Bardin sobre a análise de conteúdo, o quinto capítulo mostrará o percurso metodológico para a pesquisa e análise dos dados, as razões que motivaram as escolhas dos Jornais Zero Hora e Correio do Povo, a escolha do período estudado, bem como o método de análise do conteúdo. A seguir, serão apresentadas as tabelas resultantes da análise do conteúdo coletado. Também serão discutidos os resultados e que conclusões eles nos permitem, isoladamente e a partir das relações entre as diferentes produções analisadas.

As considerações finais trazem uma síntese dos apontamentos do capítulo anterior e apontam algumas questões que possam ser abertas a partir da análise, mas que por ventura não façam parte do escopo deste trabalho.

2. Jornalismo

Kovach e Rosenstiel (2003) entendem que quanto mais democrática for uma sociedade, maior será a circulação de notícias e informações. Por isso, apontam os autores, um tipo de pré-jornalismo pode ser identificados à medida que as sociedades foram se democratizando, conseguindo apontar exemplos na Grécia Clássica, através de um jornalismo oral e em Roma com o relato diário do Senado, chamado de acta diurna. Por outro lado, com o avanço de regimes autoritários como na Idade Média, ocorre praticamente um desaparecimento das notícias, completam os autores.

Sousa (2008) explica que não existe um pensamento único sobre a origem do Jornalismo, sendo possível a aceitação de várias perspectivas. O próprio autor, assim como Kovach e Rosenstiel identifica a gênese jornalística na Antiguidade, com uma retomada a partir do Renascimento, exaltando o surgimento de condições técnicas, como a tipografia, e de condições sociais e econômicas como a alfabetização. Mesmo na Idade Média o autor vê similaridades entre as crônicas e a atividade jornalística:

As crônicas, herdeiras dos Annali romanos, situam-se na intercepção da história com a literatura e o jornalismo, mantendo vários dos cânones expressivos e dos temas fixados na antiguidade clássica. Os cronistas registravam, essencialmente, os acontecimentos protagonizados por nobres e monarcas. Alguns cronistas enveredaram por uma descrição factual desses acontecimentos, enquanto outros procuraram engrandecer a imagem dos senhores que serviam. O estilo dos primeiros é eminentemente reportativo (“jornalístico”) e historiográfico (SOUSA, 2008, p.45).

Contudo, para um entendimento global do Jornalismo como realizado hoje, pode-se partir de Traquina (2008) que identifica nas folhas volantes do século XVI, originárias, provavelmente de Veneza, uma forma pré-moderna dos jornais. Segundo o autor, eram diferentes dos jornais por serem dedicadas a um único tema e também por não terem publicações regulares. As notícias eram avisos moralistas ou interpretações religiosas.

Os jornais surgiram no século XVII, Traquina (2008) aponta o alemão “Aviso de Augsburg” publicado em 1609 como o primeiro jornal, já Sousa (2008) identifica La Gazzete Français, de 1604, como pioneira. Os dois autores concordam, no entanto, em perceber que nas décadas seguintes surgiram jornais na Holanda, Inglaterra, França e Portugal.

Durante o século XVIII, os jornais eram utilizados como peças de propaganda política. Esta realidade durou até a década de 30 do século XIX, quando surge a chamada “penny press”, nascem o New York Sun e o La Presse, nos Estados Unidos e França, respectivamente. Trabalhando um conteúdo mais acessível ao grande público, o New York Sun chegou a vender 30 mil exemplares diários (TRAQUINA, 2008).

Sousa (2008) também entende que o século XIX é o período de entrada do jornalismo em sua maioridade e o surgimento do jornalismo contemporâneo. O autor identifica ainda, na segunda metade do século, a segunda onda do penny press:

A popularização da imprensa facultará, no final do século XIX, mais uma vez nos Estados Unidos, a entrada em cena da “imprensa popular de massas” (segunda geração da penny press), sustentada por empresas que prosseguiram mais o lucro económico do que o benefício político e beneficiando de inventos como a rotativa, cujos primeiros modelos foram introduzidos em 1865, facultando grandes tiragens a baixo preço por exemplar (SOUSA, 2008, p. 107).

O autor argumenta que esta seria a origem dos jornais populares, noticiosos de grande tiragem, ligado a grandes empresas tendo a notícia como produto e visando o lucro, por meio de sua venda.

2.2. Jornalismo no Brasil

Durante os primeiros séculos desde a chegada dos portugueses ao Brasil livros foram proibidos. Mesmo em domínios holandeses, onde aconteceram avanços importantes da burguesia não houve empenho em trazer a arte tipográfica. (SODRÉ, 1983). Para Sodré (1983) a explicação está nas condições adversas impostas pelo sistema colonial “o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de difusão. A etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias para a instalação da imprensa” (SODRÉ, 1983 p. 16).

Foi com a vinda da Família real Portuguesa ao Brasil, em 1808, que a imprensa teve início, quando se aproveitando de material para impressão que havia chegado em um dos barcos que fugiam de Portugal, Dom João decretou que este fosse utilizado para a impressão de documentos oficiais (SODRÉ, 1983).

Sodré (1983) aponta que foi da oficina construída para cumprir o decreto real que surgiu o primeiro jornal impresso em solo brasileiro, a Gazzeta do Rio de Janeiro. Nada atrativo para o público, o jornal oficial não tinha essa preocupação.

Por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil, pelo seu único periódico, devi ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume (ARMITAGE *apud* SODRÉ, 1983, p.20).

Sodré (1983) entende que a Gazzeta do Rio de Janeiro só pode ser consagrada como um marco inicial da imprensa brasileira pelo fator periódico, percebendo uma relevância muito maior no Correio Brasiliense, de Hipólito da Costa, embora o autor classifique como discutível sua inserção na imprensa brasileira. Para Sodré, esta discussão se dá mais pelo fato de o jornal ter sido mantido por forças externas do que propriamente por ter sido editado no exterior.

Fonseca (2008) retoma a divisão histórica elaborada por Sodré, que nomeia a fase do jornalismo existente no período entre a chegada da família real e o período regencial como imprensa da Independência, incluindo também aqueles jornais que eram contrários à independência.

Com o Golpe da Maioridade, inicia-se a fase da imprensa do Império, quando há um cerceamento maior da liberdade de imprensa, que obriga os jornais a se afastarem mais das questões políticas, se aproximando da Literatura (SODRÉ, 1983 *apud* FONSECA, 2008).

Fonseca (2008) traz também a última fase apontada por Sodré, que é o período da grande imprensa. Neste período, iniciado no final do século XIX, surgem os jornais brasileiros com bases empresariais, que se consolidariam no século XX.

Ainda assim, Fonseca (2008) aponta que a administração das redações é um fenômeno ainda recente no Brasil, tendo início nas décadas de 1950 e 1960. Para a autora, o marco inicial deste processo é a reforma do Jornal do Brasil, nos anos 1950. A partir deste período é que os jornais passaram a ser entendidos como produtos de mercado e a organização de sua produção passou a ter aspectos similares com a de outras indústrias.

2.2.2. Jornalismo no Rio Grande do Sul

Petrarca (2009) identifica que no Rio Grande do Sul, o jornalismo surgiu de modo parecido com o resto do Brasil.

No Rio Grande do Sul, o processo de constituição do jornalismo deu-se de maneira semelhante. O primeiro jornal do Estado foi fundado pelo presidente da província e tratava-se de um boletim oficial que surgiu por força de necessidades militares em função da guerra da Cisplatina¹⁷. Durante o século XIX, muitos foram os jornais, por um lado, com fortes influências ideológicas, políticas e religiosas e, por outro, destinados a se tornarem folhetim literário que surgiram e desapareceram no estado (PETRARCA, 2009, p.64).

Segundo Sodré, (1983), no período imperial, o Rio Grande do Sul, assim como outros estados teve uma proliferação de jornais de oposição, com a média de duas folhas novas por ano. O autor salienta os anos de 1881 e 1883 que tiveram o lançamento de sete e oito jornais respectivamente. E aponta o ano com o maior número de lançamentos, 1887, quando surgiram doze jornais. No entanto, assim como no resto do Brasil, além dos jornais de forte caráter político, Petrarca (2009) também ressalta a forte presença de jornais destinados à Literatura.

Fonseca (2008) cita Rüdiger que aponta que o jornalismo gaúcho passou por duas fases. A primeira com o conceito de jornalismo político-partidário e a segunda já enquadrada na ideia de jornalismo informativo e de indústria cultural, que teve como um dos pioneiros o Correio do Povo.

2.2.2.2. Correio do Povo

Um dos mais importantes jornais gaúchos, o Correio do Povo começou a circular em 1895, fundado por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior (SODRÉ, 1983). Seu primeiro redator-chefe foi o escritor José Paulino Azurenha, que permaneceu no cargo desde a fundação do jornal até 1905 (PETRARCA, 2009).

Fonseca (2008) destaca que desde a sua fundação, o Correio do Povo sempre buscou colocar-se como um jornal que não estava vinculado a facções

políticas. O que segundo os apontamentos que a autora faz das leituras de Rüdiger, muitas vezes seria apenas a busca por uma neutralidade aparente.

Ao analisar o cultivo dessa linha editorial do Correio do Povo, Rüdiger concluiu que Caldas Júnior teria descoberto, na verdade, que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito. A neutralidade frente às facções políticas não passaria de aparência. O historiador cita como exemplos contraditórios de política os vultuosos recursos investidos na campanha de Getúlio Vargas e João Pessoa, em 1929, que teria provocado grave crise financeira na empresa, e a oposição a Flores da Cunha, da década de 1930, adversário de Vargas no projeto centralizador do país (FONSECA, 2008, p.147).

A autora entende que foi alicerçado nessa política e com fortes investimentos para ampliar e modernizar seu parque gráfico que o jornal conseguiu, em pouco tempo, se tornar o principal periódico do Rio Grande do Sul e permanecer nesta posição até os anos 1980, quando em meio a uma forte crise financeira, no dia 16 de junho de 1984, o jornal deixou de circular. Dois anos mais tarde a Caldas Júnior foi comprada pelo empresário Renato Bastos Ribeiro, e o jornal voltou a circular. Já nos anos 2000, o Correio do Povo novamente mudaria de dono, sendo adquirido pela Rede Record.

2.2.2.3. Zero Hora

Com o golpe militar de 1964, o jornal Última Hora, que tinha uma política editorial comprometida com o projeto nacional-populista representado pelo presidente deposto João Goulart deixou de circular (FONSECA, 2008).

Como narra Fonseca (2008), para o lugar do periódico extinto, foi criado Zero Hora, por um grupo de quatro sócios que detinham o mesmo número de cotas. Entre eles Ary de Carvalho, ex-diretor de redação do Última Hora. O novo jornal, destaca a autora, não mantinha a mesma política editorial, mas era visualmente muito próximo de seu antecessor.

Para tornar-se único proprietário do periódico, Carvalho contraiu um empréstimo junto ao Bradesco, depois, um novo empréstimo foi feito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, para a construção de um prédio. Para conseguir quitar as dívidas o jornalista vendeu 50% do novo jornal ao proprietário da

Rádio e da TV Gaúcha, Maurício Sirotsky Sobrinho (FONSECA, 2008). Com novas dificuldades financeiras, Carvalho acabou passando o controle majoritário para a família Sirotsky, passando a integrar o grupo Rede Brasil Sul de Telecomunicações.

2.3. O que é notícia?

De acordo com Souza (2008) a notícia “é o dispositivo determinante e indicador do jornalismo e dos fenômenos pré-jornalísticos.” (SOUZA, 2008, p. 3). Segundo Park (2008), a notícia refere-se a acontecimentos isolados e não procura relacioná-los uns aos outros. Como forma de conhecimento, explica o autor, a notícia cuida essencialmente do presente, tendo qualidade transitória e efêmera. Um acontecimento deixa de ser notícia tão logo cesse o interesse público e a atenção esteja voltada para um novo acontecimento.

É parte do “poder” do jornalismo selecionar os temas e acontecimentos noticiáveis e também enquadrá-los. (TRAQUINA, 2008). Traquina utiliza Goffman para explicar o que seria este enquadramento. “Ideia organizadora central para dar sentido a acontecimentos relevantes e sugerir o que é um tema.” (GOFFMAN, 1975, p. 10-11 *apud* TRAQUINA, 2008, pág. 16).

Fonseca (2008) lembra que os autores dos primeiros livros didáticos e manuais de jornalismo, que seriam referências bibliográficas das faculdades de jornalismo apontavam características presentes no conceito de notícia. Eram elas: atualidade, veracidade, ineditismo, objetividade e interesse público.

Traquina (2008) entende que os “profissionais da notícia”, os jornalistas, falam em “estórias” e não em acontecimentos, mas resistem ao paradigma da notícia como narrativa/construção. Esta resistência encontra razão nos valores ideológicos da profissão. Para o autor, a recusa reside na resistência em perceber que “a notícia não é um relato, mas uma construção” (HALL, 1984, pág. 4 *apud* TRAQUINA, 2008, pág. 17).

Para Traquina (2008), a visão dos jornalistas sobre o que é notícia é simplista e minimalista. Simplista por entender o próprio jornalista como um espelho que

reflete a realidade, captando, reproduzindo e retransmitindo o acontecimento e minimalista por reduzir o papel do jornalista como mediador.

No entanto, Traquina cita Bird e Dardenne (1988/1993) para explicar que o fato de uma notícia ser uma narrativa não lhe tira o valor enquanto correspondentes da realidade e que mesmo como abordagens narrativas, as notícias não negam aquilo que informam e auxiliam o leitor no aprendizado. Para esclarecer melhor, Traquina também utiliza Tuchman.

Dizer que uma notícia é uma 'estória' não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora de sua própria validade interna (TUCHMAN, 1976/1993, pág. 262 *apud* TRAQUINA, 2008, pág. 19).

Entender as notícias como narrativa não lhes coloca o status de ficção, por outro lado, coloca em dúvida o conceito de notícias como espelho da realidade. (TRAQUINA, 2008).

2.3.2 Valor-notícia e critérios de noticiabilidade

Fonseca (2008) recorda que os primeiros textos que buscavam orientar a prática do jornalismo no Brasil apresentavam critérios de seleção dos acontecimentos que seriam noticiados, entre eles, o impacto, a proximidade geográfica, a raridade, a imprevisibilidade, o interesse humano. A seleção dos acontecimentos do mundo real e a construção de 'estórias' que falam sobre a realidade é realizada pelos jornalistas através dos valores-notícia. Estes valores representam um importante elemento da prática jornalística, que constituem referências sobre a natureza da notícia e seus objetos, facilitando a elaboração de notícias. (TRAQUINA, 2008).

Traquina ainda aponta que as notícias apresentam um padrão geral estável e previsível. Esta previsibilidade se dá graças à existência de critérios de noticiabilidade, à existência dos valores-notícia.

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou

assunto, é susceptível de se tornar uma notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor-notícia' (TRAQUINA, 2008, p. 63).

Traquina utiliza Stephens (1988) para compreender as “qualidades duradouras” das notícias, que “são o extraordinário, o insólito, o atual, a figura proeminente, o ilegal, as guerras, a calamidade e a morte” (TRAQUINA, 2008, pág. 63). Já nas folhas volantes criadas nos séculos XVI e XVII é possível visualizar um conceito de notícia semelhante. Traquina (2008) aponta que em 1616 foram publicadas 25 folhas volantes, sendo um terço dedicado a noticiar assassinatos. Outro terço era referente às notícias sobre celebridades.

Um valor-notícia importante da época era o insólito, que causava espanto. Os protagonistas dos acontecimentos também constituíam valor-notícia, os feitos e discurso de reis ou personalidades da elite eram transformados em notícia. (TRAQUINA, 2008). Ainda segundo Traquina, nesta época existia um fascínio sobre os homicídios. “Milagres”, “sinais divinos” e o aparecimento de monstros eram temas presentes, além de notícias internacionais sobre comércio e guerras.

Já no século XIX, a “penny press” apresenta algumas mudanças no fazer jornalístico, em especial na definição do que é notícia. O New York Sun dava espaço principalmente aos fatos locais, às notícias de interesse humano e reportagens sensacionalistas sobre fatos surpreendentes. (TRAQUINA, 2008). O jornal também tinha um repórter que escrevia artigos humorísticos sobre os casos que surgiam na delegacia local. Até este período, as notícias tinham foco sobre a política e a economia.

Avançando até a década de 70 do século XX, Traquina apresenta um novo momento em que se pode verificar a importância das “qualidades duradouras” das notícias, baseado em um estudo de Gans (1979) sobre os telejornais de três cadeias estadunidenses. O primeiro valor-notícia apontado pelo estudo é a “notoriedade” do protagonista da ação.

Pessoas não conhecidas só são notícia quando a) são manifestantes, grevistas ou amotinados – indivíduos que fazem barulho ou provocam tumulto; b) são vítimas de desastres, naturais ou sociais; em particular na televisão, quando há imagens fortes; c) são transgressores da lei e da moral; d) são praticantes de atividades invulgares (GANS, 1979 *apud* TRAQUINA, 2008, pág. 68).

O estudo de Gans aponta que entre 45% e 56% dos acontecimentos noticiáveis eram ligados à atividade governamental. Já a categoria crimes, escândalos e investigações ocupava entre 17% e 34% do espaço nas revistas de informação, em 1975. Outras três categorias também conquistaram espaço: protestos, desastres e o insólito. (TRAQUINA, 2008). O autor destaca, apoiado em Stephens, que não deve ser surpreendente a semelhança entre os valores-notícias em três períodos tão distintos.

Podemos imaginar um sistema de notícias que desdenhasse o insólito em favor do típico, que ignorasse o proeminente, que dedicasse tanta atenção ao datado quanto ao atual, ao legal como ao ilegal, à paz como a guerra, ao bem-estar como à calamidade e à morte? (STEPHENS, 1988, pág. 34 *apud* TRAQUINA, 2008, pág.69).

Até aqui, a análise nos dá um norte do que é notícia, o insólito, a notoriedade, etc. Entretanto, convém identificar de maneira sistemática quais são os valores-notícia que os jornalistas utilizam em seu trabalho. Neste esforço, Traquina cita Galtung e Ruge (1965/ 1993), que listam 12 valores-notícia:

1) a frequência ou duração do evento; 2) a amplitude do evento; 3) a clareza ou falta de ambiguidade; 4) a significância; 5) a consonância, isto é, a facilidade de inserir o "novo" numa "velha" ideia que corresponda ao que se espera que aconteça; 6) o inesperado; 7) a continuidade, isto é, a continuação como notícia do que já ganhou noticiabilidade; 8) a composição, isto é a necessidade de manter um equilíbrio nas notícias com uma diversidade de assuntos abordados; 9) a referência a nações de elite; 10) a referência a pessoas de elite, isto é, a proeminência do ator do acontecimento; 11) a personalização, isto é, a referência às pessoas envolvidas; e 12) a negatividade, ou seja, a máxima 'bad news is a good news' (Galtung e Ruge, 1965/1993 *apud* TRAQUINA, 2008, págs. 69-70).

Um acontecimento aumentará suas chances de virar notícia conforme o número de valores-notícia que possuir. Embora, também possa ser notícia mesmo tendo pouca variedade de valores, mas muito de um mesmo valor. Não é exatamente uma questão matemática. (TRAQUINA, 2008). Os valores-notícia não são necessariamente imperativos, mas elementos que auxiliam o jornalista a identificar a importância de acontecimentos (ERICSON, BARANEK e CAHN, 1987, *apud* TRAQUINA, 2008). Os autores também apresentam uma lista de valores-notícia, são eles: a simplificação, a dramatização, a personalização, a continuidade, a consonância, o inesperado (sendo que os acontecimentos inesperados negativos parecem ter mais valor-notícia) e a infração (TRAQUINA, 2008).

Acredito que tanto os valores-notícia apontados por Galtung e Ruge, quanto os de Ericson, Baranek e Cahn poderiam ser explicados de forma individual, porém, deixarei para que possamos analisar com calma os valores-notícia segundo Traquina. Ainda assim, sendo este um trabalho que se propõe a estudar uma questão relativa à segurança pública, penso que vale observar com um pouco mais de calma o valor notícia da infração.

Quando Ericson, Baranek e Cahn falam em infração como valor-notícia, eles estão se referindo à infração das leis, à má gestão, ao mau comportamento de um funcionário ou uma autoridade, segundo Traquina (2008). Este valor-notícia atribui ao jornalista uma função de “policiamento da sociedade”. É o que leva o jornalismo a focar sua atenção sobre a corrupção, os direitos humanos. É o que os autores chamam de um “policiamento informativo”.

2.3.3 Valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção

Sodré se diferencia de Galtung e Ruge, e de Ericson, Baranek e Cahn, por identificar, apoiado em Wolf, dois tipos de valores-notícia, os de seleção e os de construção. Presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística. Como o nome sugere, os valores-notícia de seleção são os critérios utilizados pelo jornalista para decidir quais fatos são passíveis de virar notícias e quais podem ser esquecidos (TRAQUINA, 2008).

Os valores de seleção podem ser divididos em dois tipos, os critérios substantivos e os critérios contextuais. Os primeiros são referentes à avaliação direta do acontecimento quanto à sua importância. Já os contextuais funcionam como guia para a apresentação do material, apontando o que deve ser realçado e o que deve ser omitido, o que é prioritário na construção do acontecimento como notícia (TRAQUINA, 2008).

Traquina (2008) aponta que a lista de Galtung e Ruge apresenta os dois tipos de valor-notícia, embora não faça a devida diferenciação. O que identificam como “pessoas de elite”, para Traquina um valor de seleção, chamado pelo autor como “a notoriedade do ator”. Por outro lado, o valor que Galtung e Ruge chamam de

“personalização”, em que as notícias tendem a apresentar acontecimentos como frases de pessoas importantes é um valor-notícia de construção.

Entre os valores de seleção, a partir de critérios substantivos, Traquina aponta, primeiramente, a morte. “A morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico.” (TRAQUINA, 2008, p.79). O autor ainda lembra que todos nós estaremos as páginas dos jornais pelo menos uma vez, o dia seguinte à nossa morte.

O destaque que cada morte terá no jornal depende também, explica Traquina, de outro valor-notícia, a notoriedade. A notoriedade do ator do acontecimento é um valor-notícia de fácil visualização. “O nome e a posição da pessoa são importantes como fator de noticiabilidade. O que o Presidente da República faz é importante porque o Presidente da República é importante.” (TRAQUINA, 2008, pág. 80).

A proximidade, seja em termos geográficos ou culturais, também constitui um valor-notícia importante. Em casos de desastres, o número de vítimas e a distância geográfica serão levados em consideração. (TRAQUINA, 2008). Tentando trazer os exemplos do autor para próximo da nossa realidade, penso que seja correto entender que um acidente de trânsito com duas vítimas na Serra Gaúcha será notícia em Porto Alegre, mas não em São Paulo. Se o acidente for de um ônibus, provavelmente seja noticiado no Brasil inteiro.

A relevância é um valor apontado por Galtung e Ruge, e também por Traquina. É parte da tarefa do jornalismo de manter o público informado sobre questões que podem afetar a vida das pessoas, ou alterar a situação da cidade, estado ou país.

A novidade é apontada por Traquina como um conceito fundamental do jornalismo. É muito difícil ao jornalista conseguir retornar a assuntos anteriores sem que exista uma novidade, um novo acontecimento. (TRAQUINA, 2008).

Outro valor-notícia importante é o tempo, que, aponta Traquina (2008), ocupa este espaço de maneiras diferentes.

Em primeiro lugar, o tempo é um valor-notícia na forma de atualidade. A existência de um acontecimento na atualidade já transformada

pode servir de “news peg” ou gancho (literalmente, “cabide” para pendurar a notícia) para outro acontecimento ligado a este assunto. Segundo, o próprio tempo (a data específica) pode servir como “news peg” e justificar a noticiabilidade de um acontecimento que já teve lugar no passado, mas nesse mesmo dia. É a efeméride. (TRAQUINA, 2008, pág., 81).

Outra forma em que o tempo ganha o status de valor-notícia é o seu entendimento ao longo do tempo. Um acontecimento de grande impacto pode permanecer como valor-notícia por um tempo maior. (TRAQUINA, 2008).

A notabilidade também constitui um valor-notícia. Traquina explica a notabilidade como a qualidade de ser visível, tangível. O acontecimento é algo que pode ser identificado, é concreto, não abstrato. Segundo o autor, este valor-notícia demonstra que o jornalismo está mais focado em acontecimentos e não para problemáticas ou processos. Na notabilidade que encontramos outros critérios como quantidade de pessoas, a notoriedade, o inusitado, o insólito, a falha, o excesso e a escassez (TRAQUINA, 2008).

O inesperado também representa um valor-notícia importante. É o acontecimento que rompe com a normalidade, muitas vezes subvertendo a ordem da redação. (TRAQUINA, 2008). O autor aponta ainda o conflito ou a controvérsia, como valor-notícia, por implicar em uma quebra do normal. Da mesma forma que a infração e o escândalo, que também constituem valor-notícia.

O autor também aponta os valores-notícia de seleção, ligados ao processo de produção das notícias, os de critérios contextuais. O primeiro, segundo Traquina, é a disponibilidade. Não sendo possível cobrir todos os acontecimentos, aqueles que apresentarem maior facilidade para sua cobertura terão mais chances de se tornarem notícias. Também se inserem neste grupo a visualidade, principalmente para o jornalismo televisivo, a concorrência e o dia noticioso.

Traquina (2008) aponta ainda os valores-notícia de construção, que são a seleção de elementos dentro de um acontecimento que se fazem dignos de estarem presentes na elaboração da narrativa.

O primeiro valor-notícia de construção que o autor menciona é o da simplificação. Quanto mais simples for a construção da narrativa, evitando

ambiguidades, maior será a compreensão do leitor, logo, é dever do jornalista tornar a notícia o mais clara possível.

A ampliação também constitui um valor-notícia de construção, quanto mais amplificado for o acontecimento, mais facilmente ele será notado. Assim como o valor-notícia da relevância, quanto maior for o sentido dado ao acontecimento pela notícia maior será a possibilidade de ser notado (TRAQUINA, 2008).

O autor inclui neste grupo, ainda, os valores-notícia da personalização, identificando personagens, acentuando o valor pessoa e também o valor-notícia da dramatização, ou o esforço de reforçar a questão emocional.

Para facilitar a visualização, colocamos os valores-notícia em um quadro, separando de acordo com seus tipos:

Quadro 1: Valores-notícia

Valores-notícia de Seleção		Valores-notícia de Construção
Critérios Substantivos	Critérios contextuais	
Morte	Disponibilidade	Simplificação
Notoriedade	Equilíbrio	Amplificação
Proximidade	Visualidade	Relevância
Relevância	Concorrência	Personalização
Tempo	Dia noticioso	Dramatização
Novidade		
Notabilidade		
Inesperado		
Conflito ou controvérsia		
Infração		
Escândalo		

Fonte: Autor

3. Polícia

Barbosa (2013) identifica as origens da polícia na Roma Antiga, quando os romanos criaram grupos de soldados que desempenhavam as funções de bombeiros e vigilantes noturnos. O autor observa que na mesma época, existiam funcionários imperiais responsáveis por levar as informações sobre infrações penais aos magistrados. Barbosa enxerga aí uma função análoga à de polícia judiciária, que discutiremos ainda neste capítulo. O autor ainda cita Rolim (2006) para lembrar que organizações informais de polícia são presentes em quase todas as civilizações conhecidas.

No entanto, a polícia contemporânea tem sua origem na modernidade. Teixeira (2009) aponta que as transformações no poder do Estado durante a passagem do feudalismo para o capitalismo, somadas aos avanços dos processos que caracterizam a sociedade moderna estão vinculados a gênese do Estado contemporâneo. Entre estes processos estão a soberania jurídico-política e o monopólio da violência física pelo Estado. A consolidação estatal passa pela aceitação voluntária das normas e acordos firmados, além da possibilidade do Estado de coagir aqueles que não cumprem o direito (TEIXEIRA, 2009).

O desenvolvimento das relações de consolidação do Estado está ligado a dois dispositivos: a Razão de Estado e a Polícia. O primeiro refere-se a questões próprias da existência do Estado. Já a Polícia dizia respeito a todos os mecanismos associados à manutenção da ordem, manutenção da saúde e desenvolvimento de riquezas (TEIXEIRA, 2009).

Já Muniz, identifica a origem da atuação policial contemporânea no século XIX. “A polícia ostensiva, tal como conhecemos nos dias de hoje – com uniformes, cassetetes e armas convencionais, patrulhando as ruas das pequenas e grandes cidades - é uma recente invenção ocidental. Sua criação remonta às primeiras décadas do século XIX.” (MUNIZ, 1999, p. 23). A autora ainda entende que sua organização é fruto de um esforço de construção de um Estado promotor da paz, através de meios pacíficos e civilizados. (MUNIZ, 1999).

O primeiro modelo desenvolvido surge na França, com vocação autoritária, objetivando assegurar à Paris o controle sobre todo o território nacional. Segundo Muniz, misturando tarefas de polícia, exército, inteligência e exercícios judiciais. Tavares dos Santos (2009) lembra o “ato de nascimento da Polícia” na França, assinado em 1667, por Luís XIV. Apoiado em Legibre, Tavares dos Santos pontua que os objetivos da instituição criada eram assegurar a segurança e proteger a população contra epidemias e acidentes. No entanto, o papel de manutenção da força do Estado não se perde, pelo contrário, como nos mostra o autor, com a ajuda de Fernández.

Desde o princípio concebeu-se a polícia como correia de transmissão do poder (...) O conhecimento da sociedade, por parte daquela nova instituição, assim com sua estrutura hierarquizada, permitia ao Governo de turno multiplicar sua eficácia no controle dos cidadãos. A simbiose entre a polícia e o poder perdurará ao longo da História (Martin Fernández, 1990, p. 28 *apud* TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 75)

Em períodos próximos, ainda surgiram organizações policiais na Espanha, Itália e outros países europeus, carregando em maior ou menor grau a característica de garantia da proteção social, por um lado, e de expressão de autoridade, por outro. (CURBET *apud* TAVARES DOS SANTOS, 2009.) Convém, no entanto, observar com mais atenção a experiência desenvolvida um pouco mais tarde na Inglaterra.

Buscando garantir a manutenção dos direitos e liberdades individuais ingleses, a polícia britânica surge com a necessidade de apresentar um projeto profissional e moderno, correndo o risco de não ser aprovado pela população e pelo parlamento, caso não conquistasse êxito na construção deste perfil. Até então, a polícia de Estado era vista na Inglaterra como instrumento de tirania e uma possível arma do executivo contra o parlamento e a população (MUNIZ, 2009).

O modelo aspirado pelos ingleses deveria fazer cumprir a lei, manter a paz e ao mesmo tempo não deveria intervir nas questões políticas, ferir a privacidade dos cidadãos. Também não teria um caráter paramilitar, sendo concebida, apenas, para atender as necessidades no interior das cidades (MUNIZ, 2009). Teixeira também escreve sobre as diferenças do modelo inglês:

O modelo inglês de policiamento diferia substancialmente da experiência francesa na medida em que busca prevenir o crime e a desordem, empregar minimamente a força física e oferecer um serviço a

todos os cidadãos com vistas a ganhar a cooperação voluntária do público a partir da aprovação de seu trabalho. Portanto, ao menos em seus aspectos teóricos, tem-se na combinação dos modelos francês e inglês de polícia a orientação para as organizações policiais na modernidade. (TEIXEIRA 2009, p. 65-66.)

O “modelo inglês”, tardio em relação ao francês, era, portanto, baseado em uma boa relação das autoridades policiais com a comunidade. A “polícia comunitária” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 76) dependia, portanto, de uma aprovação pública, cooperação da comunidade. Para isto, o uso da coerção física e emprego da força física precisam ser mínimos, ao passo que a eficiência policial é medida pela ausência de crimes e desordem (GLEIZAL GATTI-DOMENCH & JOURNÉS, 1993, p. 87-108 *apud* TAVARES DOS SANTOS, 2009, p 76).

Para Tavares dos Santos, a organização policial ainda depende dos dois modelos, o francês e o inglês, sendo a detentora do monopólio da violência física legítima e ao mesmo tempo, devendo ser um agente produtor de consenso. No caso de sociedades periféricas, como o Brasil, o autor ainda cita uma terceira característica, as práticas de excesso de poder, como a violência ilegítima.

3.2 Contexto histórico da polícia brasileira

Barbosa (2013) acredita que podemos identificar o surgimento de organizações policiais no Brasil com a chegada de Tomé de Sousa, nomeado primeiro governador-geral em 1548, com o intuito de manter os nativos sob a sujeição portuguesa.

Mas é no século XVIII que as instituições policiais ganham forma semelhante às de hoje. O contexto histórico criou polícias inspiradas no modelo francês. Teixeira lembra que um fator decisivo para esta criação foi a chegada da Corte Portuguesa, que fugia de Napoleão. Ao chegar no Brasil, o que os fugitivos portugueses encontraram foi uma população de africanos escravizados que, temia-se, ofereciam o risco de repetir a revolta dos escravos, ocorrida no Haiti. Em 1831, foram criadas as polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo, tendo como principal função capturar e punir escravos fugidos.

3.3. Legislação

Tavares dos Santos (2009) identifica que, mesmo com avanços democráticos em diversas áreas, a Constituição de 1988 sofreu forte pressão dos comandos das polícias militares, preservando aspectos militarizados das polícias, como a manutenção do policiamento ostensivo enquanto função das polícias militares e a criação das Justiças Militares Estaduais.

A Constituição Federal, em seu artigo 144 define a segurança pública como um dever do Estado, sendo direito e responsabilidade de todos os cidadãos. Também determina que a ordem pública, a incolumidade das pessoas e a preservação do patrimônio deve ser exercida pelo Estado, através da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis, polícias militares, e corpos de bombeiros.

A seguir, o texto explica as atribuições de cada órgão. Sendo a Polícia Civil parte do objeto de estudo deste trabalho, convém expor o excerto da Constituição que trata de suas funções: “Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.” As funções de polícia judiciária da União ficam a cargo exclusivo da Polícia Federal.

Para delimitar um pouco melhor a noção de atribuições das polícias civis, é interessante também entender que funções são determinadas às polícias militares, visto que ambas se dividem nas tarefas de promover a segurança pública nas unidades federativas. “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.”

Quanto à função de polícia judiciária, Barbosa (2013) utiliza Silva (1990) para auxiliar no entendimento do conceito.

Denominação dada ao órgão policial, a que se comete a missão de averiguar a respeito de fatos delituosos ocorridos ou das contravenções verificadas, a fim de que sejam os respectivos delinquentes ou contraventores punidos pela prática das infrações cometidas. A polícia judiciária é repressiva, porque não se tendo podido evitar o mal, por não ter sido previsto de modo efetivo, ou por qualquer outra circunstância, procura, pela investigação dos fatos, recolherem as provas que os demonstram, descobrir os seus autores, entregando-os às autoridades judiciárias para que cumpram a lei. (SILVA, 1990, p. 387 *apud* .BARBOSA 2013, p. 73-74)

Na sequência, Barbosa utiliza o mesmo texto de Silva para conceituar a Polícia Civil.

“(…) em oposição à polícia militar, é a designação que se dá ao conjunto de autoridades designadas pelo governo para que cumpram as prescrições estabelecidas para a manutenção da ordem pública. A polícia civil, em certos casos, é meramente administrativa, isto é, quando age preventivamente. Quando trata de reparar o mal, que não pode ser evitado, procurando meio de trazer o criminoso ou infrator à sanção penal, é judicial ou Polícia Judiciária.” (SILVA, 1990, p 387 *apud* BARBOSA 2013, p. 74.)

Entendendo que a Constituição atribui às polícias civis tarefas de polícia judiciária é importante observar suas outras funções. Por exemplo, a Polícia Civil do Rio Grande do Sul - parte de nosso objeto de estudo - recebe da lei estadual atribuições de ordem preventiva e de colaboração para uma convivência social harmônica. O artigo 133 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul fala sobre a Polícia Civil no estado.

À Polícia Civil, dirigida pelo Chefe de Polícia, delegado de carreira da mais elevada classe, delivre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares (Constituição Estadual do Rio Grande do Sul).

Já a Lei 10.994 de 18 de agosto de 1997 descreve melhor as funções da instituição.

I – exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;

II – determinar a realização de exames periciais, providenciando a adoção de medidas cautelares, visando a colher e a resguardar indícios ou provas da ocorrência de infrações penais ou a assegurar a execução judicial;

III – praticar os atos necessários para assegurar a apuração de infrações penais, inclusive a representação e o cumprimento de mandado de prisão, a realização de diligências requisitadas pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público nos autos do inquérito policial e o fornecimento de informações para a instrução processual;

IV – zelar pela ordem e segurança pública, promovendo ou participando de medidas de proteção à sociedade e ao indivíduo;

V – colaborar para a convivência harmônica da sociedade, respeitando a dignidade da pessoa humana e protegendo os direitos coletivos e individuais;

VI – adotar as providências necessárias para evitar perigo ou lesões às pessoas e danos aos bens públicos ou particulares; e

VII – organizar, executar e manter serviços de registro, cadastro, controle e fiscalização de armas, munições e explosivos, e expedir licença

para as respectivas aquisições e portes, na forma da legislação pertinente.
(Lei Estadual Nº 10.994)

Por tanto, mesmo entendendo que a polícia judiciária é um órgão de ação repressiva, limitar o entendimento das funções da Polícia Civil a este conceito nos induz ao erro de ignorar suas tarefas na construção de consenso, conceito que abordamos anteriormente quando falamos sobre o modelo inglês de polícia e que será objeto de discussão mais tarde.

Ainda assim, acredito que seja importante analisar um pouco melhor as prerrogativas de uma polícia judiciária. Barbosa aponta, entre as inúmeras atribuições deste tipo de polícia, o inquérito policial “nos quesitos de exclusividade da investigação e essencialidade para propositura da ação penal correspondente.” (BARBOSA, 2013, p75).

3.4 Diferentes tipos de atuação policial

Apesar de no Brasil termos polícias institucionalmente militares, colocadas como forças auxiliares das Forças Armadas e polícias institucionalmente civis, as diferenças de atuação entre uma organização policial militarizada ou de consenso não estão apenas em seu caráter institucional, mas também em sua forma de planejar e pôr em prática suas ações, em suas relações com a comunidade, como vimos, por exemplo, nos modelos francês e inglês. Assim sendo, mesmo um polícia que institucionalmente não tenha um caráter militar, como as polícias civis do Brasil, é passível de ter características militarizadas. Como veremos no item 3.7, em contraponto ao modelo de consenso, abordado no próximo ponto.

3.4.2 Polícia de consenso

Lea e Young (2001) nos auxiliam a entender as diferenças entre “polícia de consenso” e “polícia militarizada”. Inspirada no modelo inglês, como o próprio nome sugere, a polícia de consenso atua com o apoio da comunidade. Apoio conquistado quando as pessoas consideram a tarefa realizada como sendo útil para a sociedade, que se vê protegida dos delitos. (LEA E YOUNG, 2001). Mas outros fatores também devem ser levados em consideração, por exemplo que “a polícia seja responsável

perante a lei na mesma medida em que o cidadão comum” (Lea e Youg, pp183- 184, tradução nossa).

A segunda característica que Lea e Young apontam quanto à atuação de uma polícia de consenso diz respeito ao êxito no trabalho investigativo e na busca por informações. Quando a sociedade apoia a polícia, o fluxo de informações sobre delitos é maior, pelo menos, sobre aqueles delitos sobre os quais a sociedade possui informações. As pessoas que viram algo “suspeito” tendem a atender aos pedidos policiais de ajuda com informação (LEA E YOUNG, 2001).

Um bom fluxo de informações ajuda na construção da terceira característica apontada pelos autores para a polícia de consenso, “a certeza na detenção”.

A maior parte da atividade policial é preventiva, tem haver com a manutenção da ordem pública, dissuadir o cometimento de delitos, mais que com a investigação e perseguição de delitos que tenham sido cometidos. No caso da polícia de consenso, a íntima relação entre esta e a sociedade, enquanto a informação que compartilham e, portanto, à maior probabilidade de que os delitos sejam detectados com êxito, dissuade o delinquente. Uma vez acontecido o fato, esse compartilhamento de informações é o que levará que a investigação seja concluída com êxito. (Lea e Youg, 2001, pp184-185, tradução nossa.)

A quarta característica apontada pelos autores diz respeito aos estereótipos. Segundo eles, toda a atividade policial utiliza estereótipos como ferramenta, já que não se pode suspeitar igualmente de diferentes setores sociais a cerca de determinados tipos de delitos. É necessário existir uma ideia mínima de que tipo de pessoa se trata, características, grupos sociais, para permitir que a investigação prossiga. (Lea e Youg). Porém, quanto mais próxima é a relação entre polícia e comunidade, maior será o fluxo de informações e maiores serão as possibilidades de começar a investigação a partir de uma base de dados com pistas mais refinadas e, por consequência, menor será a necessidade do uso de estereótipos (LEA E YOUNG, 2001). Bergamaschi (2014) é muito feliz no entendimento de diferentes tipos possíveis de polícia – independentemente da condição institucional – quando cita Tavares (2009), listando quatro tipos-ideais de polícia podem ser observados. Sendo eles o tipo-ideal autoritário, técnico-profissional, comunitário e cidadão, definidos pelas suas estratégias e relações com sociedade e Estado.

3.4.3 Polícia militarizada

Antes de seguir com o conceito, acredito que seja importante uma pequena explicação. Lea e Young utilizam o termo “polícia militar”, como utilizaremos os autores para explicar uma ideia de prática policial e não as polícias institucionalmente militares do Brasil, para evitar confusões, optei por adaptar para polícia militarizada.

A polícia militarizada é aquela que tem o tipo de ação oposto ao de uma polícia de consenso. A primeira característica, por tanto, seria a de não contar com o apoio, mas com a hostilidade, mesmo que não ativa, da sociedade. A comunidade enxerga na polícia uma força opressiva política e socialmente, que não cumpre a missão de proteger. (Lea e Young, 2001). Esta relação pode, ainda que não obrigatoriamente, resultar em apoio social ao delinquente, (Lea e Young, 2001).

Se a polícia está pondo em prática um sistema que a sociedade não considera que reflita seu próprio conceito de moralidade, como seria o caso de um exército de ocupação submetendo a população, então o “delinquente” pode ser visto pela sociedade como o rebelde simbólico, que é admirado em segredo e, se as circunstâncias permitirem, lhe oferece refúgio e assistência ao escapar da polícia (LEA E YOUNG, 2001, p 186, tradução nossa).

Em uma situação assim, o que se espera é que o fluxo de informações da sociedade para a polícia, em relação a delitos seja nulo. A situação se agrava quando a sociedade tem informações e pode identificar o que ela, diferente das forças de ocupação entende como delito. Neste caso, podem surgir forças não oficiais dentro da sociedade (LEA E YOUNG). Penso que este quadro seja análogo a situações que já vimos acontecer no Brasil, como as comunidades controladas pelo tráfico, que, em alguns casos, contam com apoio da população, ou aquelas que ficaram sob controle de milícias.

Quando a relação entre polícia e sociedade chega a este estado, impede a construção da ideia de “certeza na detenção”. A principal consequência é que, sem informações, a polícia precisa abordar um número maior de cidadãos. Uma vez que necessite de informações e a população não colabore voluntariamente, a força policial usará de coerção e força. As atividades de revistas indiscriminadas ao maior número possível de pessoas, em busca de informações sobre delitos se convertem

em formas de dissuasão generalizada (LEA E YOUNG). Por último, há um reforço da ideia de estereótipos, posto que a força policial não dispõe de informações, as investigações tendem a começar baseadas em estereótipos ligados aos grupos sociais aos quais os suspeitos pertencem.

Tavares dos Santos (2009) aponta quatro tipos-ideais de polícia, que se encontrariam em conflito pela hegemonia nas organizações policiais: o tipo-ideal autoritário, o tipo-ideal técnico-profissional, o tipo-ideal de polícia comunitária e o tipo-ideal de polícia cidadã. Cada tipo-ideal pode ser explicado a partir de uma gama de dimensões estratégicas do trabalho policial e de como se insere na sociedade e no Estado. (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p 91).

Quadro 2: Tipos-ideais de polícia

TIPOS IDEIAIS DE POLÍCIA	Autoritária	Técnico-profissional	Comunitária	Polícia Cidadã
Relação com o Estado	+	+	-	-
Relações verticais de direção	+	+	-	-
Repressão ao crime	+	+	-	-
Corrupção	+	+	-	-
Violência	+	+	-	-
Prevenção	-	+	+	+
Mediação de conflitos	-	-	+	+
Serviço social ao público	-	-	+	+
Participação	-	-	+	+
Orientação pela garantia dos	-	-	-	+

Direitos Humanos				
------------------	--	--	--	--

Fonte: José Vicente Tavares dos Santos

Alguns trabalhos realizados por oficiais de Polícia Militar são citados por Tavares dos Santos para caracterizar a polícia comunitária. Esta se caracteriza por uma relação entre polícia e comunidade em que o policial assume o posto de pessoa mais importante da vizinhança, sendo procurado em todas as situações de problema. (PEREZ, 1998, p. *apud* 9 TAVARES DOS SANTOS, 2009, p 92). Já Bengochea (1999) é citado por Tavares do Santos pela delimitação de seis traços definidores deste tipo de polícia.

“... Incentivar a interação entre o policial militar e a comunidade, preparar o cidadão e o policial militar para o diálogo constante; valorizar a atuação do policial militar e do cidadão visando à melhor qualidade de vida da comunidade; incentivar a entrega de informações para a melhoria da segurança pública, combater o crime com ações preventivas e constantes, procurando a solução de problemas, conscientizar a todos que segurança pública é participação de todos” (BENGOCHEA, 1999, pp 120-125 *apud* TAVARES DOS SANTOS, p 92)

O modelo de polícia comunitária também é abordado por Musumeci, Muniz, Larvie e Freire (1996) com o exemplo da polícia de Nova Iorque. Entendendo que seu papel seria de resolução de problemas, não apenas na repressão do crime, mas também no acompanhamento e apoio à comunidade em questões de um amplo espectro de perturbações à qualidade de vida dos moradores, como litígios, disputas e conflitos.

Outra função apontada pelos autores seria a de estabelecer parcerias com a comunidade, deixando de ser apenas um agente reativo, ou cumpridor de rotinas e tarefas, para assumir o papel de ator ativo no planejamento de estratégias e soluções de problemas, organização da comunidade e até realizando a interlocução entre moradores e o poder público.

A identificação dos problemas só é possível através do conhecimento da comunidade pelo órgão policial e seus agentes. O entendimento das rotinas, das incidências de crimes e distúrbios, suas diferenciações e localizações. Já a resolução deve, quando possível e obedecendo os critérios da lei, ser mediada com

a busca de procedimentos alternativos, que evitem a repressão e possam produzir melhoras de médio e longo prazo. (MUSUMECI, MUNIZ, LARVIE e FREIRE, 1996).

4. Representações Sociais

Para analisar se, de alguma forma, o jornalismo impresso do Rio Grande do Sul reforça uma representação militarizada ou de consenso de Polícia Civil, cabe entender, primeiro, o que são representações, de que forma elas se fazem presentes no jornalismo e de que forma os jornais contribuem para a construção de sentidos, significados e ideias através das representações sociais.

Entendendo que a Comunicação, em quanto campo de estudo, pertence à categoria das Ciências Sociais aplicadas, e que a objetividade é parte do rigor de apuração jornalística, é pertinente observar que Grossi (2006) aponta a objetividade do conhecimento nas ciências sociais é vinculada “ao fato de o empiricamente dado estar em permanente relação com “ideias” de valor.” (GROSSI, 2006 p., 251). Neste sentido, a autora percebe a noção de representações sociais com possibilidade de um “campo fértil” para que se possa apreender as crenças e valores como princípios orientadores de conduta. (GROSSI, 2006).

Embora seja importante para o jornalismo e para a Comunicação como um todo, Arruda (2002) alerta que o conceito de representações sociais está presente nas ciências humanas em geral e não pode ser monopolizado por uma única disciplina. A autora localiza as noções de representação, junto com as de memória social, como parte das tentativas de explicação para os fenômenos do domínio do simbólico, junto com as noções de imaginário e de consciência. (ARRUDA, 2002)

Foi Emile Durkheim quem criou o conceito de representações coletivas. Morigi (2004) ressalta que para Durkheim, os termos “coletiva” e “social” tinham o mesmo significado e nos auxilia com a ideia de representações coletivas apresentada por Durkheim (MORIGI, 2004).

Ao se referir às representações coletivas o autor as definiu como as formas de conhecimento, do senso comum ao pensamento científico, ou as ideias produzidas socialmente e que não podem ser explicadas como

fenômenos da vida individual, tampouco podem ser explicados pelos fenômenos psicológicos (MORIGI, 2004, pp3-4).

O autor explica que as representações coletivas, ou sociais, são formas de pensamento elaboradas pela sociedade, de forma que expressam a sua realidade. Estas formas de pensamento são incorporadas e interiorizadas pelos indivíduos, por meio da vida em comunidade e das regras formadoras da estrutura social (MORIGI, 2004). Sendo fruto de determinadas realidades, tais formas de pensamento não podem ser consideradas universais, tão pouco são submetidas a reflexões profundas, formando “os sistemas de representação coletivos nos quais torna-se possível criar esquemas de percepção, juízos que fundamentam as maneiras sociais de agir, pensar e sentir dos indivíduos.” (MORIGI, 2004, p4).

Jodelet (2001) entende que as representações sociais são, geralmente, reconhecidas como sistemas de interpretação, pelos quais são regidas nossas relações com o mundo e com os outros. Para Grossi (2006), os sentidos, valores e as crenças que dão estrutura e dirigem a vida social são, por excelência, conteúdo das representações sociais. É também através delas que as condutas e comunicações sociais são orientadas e organizadas. Da mesma forma, exercem influência sobre processos diversos, como a difusão e a assimilação de conhecimentos, tanto no âmbito individual como coletivo. (JODELET, 2001). A mesma leitura da Jodelet é feita por Grossi (2006), que observa que este conhecimento é revertido em prática para criar a realidade da qual o indivíduo fala e à qual também se refere.

Jodelet (2001) é, na psicologia social, a autora que, estudando representações sociais, tem insistido na necessidade que os indivíduos ressentem de se situarem no mundo, explicar esse mundo e se explicarem dentro dele, apontando, ao mesmo tempo, para o fato de as representações sociais serem a forma como os indivíduos concretizam tal necessidade (GROSSI, 2006, pág. 252).

Morigi ainda recorda que Durkheim via as representações sociais como formas imutáveis. Neste caso, as representações individuais são colocadas em patamares diferentes das representações coletivas. Sendo as individuais mais variáveis, por serem percepções, sensações e imagens construídas na consciência de cada indivíduo. (GROSSI, 2006). Por outro lado, as representações coletivas, são

produto de uma consciência coletiva, impessoais e resistentes à mudança (DURKEHEIM, 1985 *apud* GROSSI, 2006).

Está fora do tempo e do devir, está subtraído a toda essa agitação, dir-se-ia que está situado em uma região diferente do espírito, mais serena e mais calma... resiste à mudança... (e)... se muda não é porque seja de sua natureza mudar; é que se descobre nele alguma imperfeição; é que ele tem necessidade de ser retificado..." (Durkheim, 1985 *apud* GROSSI, 2006 pp 255-256).

Esta análise foi revisada, em 1961, por Moscovici, que insistiu na especificidade dos fenômenos representacionais das sociedades contemporâneas, caracterizados pela fluidez e intensidade das trocas e comunicações, pelo desenvolvimento da ciência e da mobilidade social (JODELET, 2001). Moscovici percebe uma movimentação dinâmica nelas, entendendo as representações sociais como fenômenos que se relacionam de forma específica de compreensão e comunicação, criando, ao mesmo tempo, realidade e senso comum. (MORIGI, 2004).

Para Jodelet (2001) é através das representações sociais que nomeamos e definimos, em conjunto, os diferentes aspectos cotidianos, como interpretá-los, e, quando entendemos que seja o caso, tomamos uma posição a qual defendemos (JODELET, 2001).

Segundo a autora, com as representações sociais tratamos os diferentes tipos de fenômenos, sejam eles de fácil observação, ou reconstruídos através do esforço científico. "Elas circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais." (JODELET, p. 1).

Por tanto, as representações sociais são fenômenos complexos que agem ativamente na vida social. E elencam elementos informativos, cognitivos, ideológicos, de valores e de crenças, construindo uma totalidade de significado. De acordo com Arruda (2002), a complexidade também se coloca pelas diferentes formas de conhecimento e de comunicação.

A Teoria das Representações Sociais, operacionalizava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Partia da premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar, guiadas por objetivos diferentes, formas que são móveis, e define duas delas, pregnantes nas nossas sociedades: a

consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo. A diferença, no caso, não significa hierarquia nem isolamento entre elas, apenas propósitos diversos (ARRUDA, 2002, pp 128-129.).

Jodelet apresenta uma caracterização de representação social através de Moscovici. “É uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Moscovici, 1961, p. 36 *apud* JODELET, 2001, p 5). Designado como um “saber de senso comum”, este tipo de conhecimento é diferente do conhecimento científico, mas a autora defende que, ainda assim, seja um objeto de estudo de igual legitimidade, dada a importância que ocupa na vida social, além dos esclarecimentos sobre processos cognitivos e sobre interações sociais (JODELET, 2001). Ainda nesta linha, Grossi (2006), entende as representações como um conhecimento de “segundo grau.”.

“O conhecimento via representações sociais é um tipo de conhecimento que poderia ser dito de segundo grau, não por ser menos relevante do que aquele obtido de “primeira mão”, mas na medida em que chega-se a ele interrogando a realidade através do que se pensa sobre ela” (GROSSI, 2006, pág. 254).

O pertencimento social é associado às suas implicações afetivas e normativas, assim como os modelos de conduta e de pensamento como fenômenos cognitivos. Desta perspectiva, podemos analisar as representações sociais como “o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade” (JODELET, 2001, p 5).

Jodelet ainda define a representação como a representante mental de um determinado objeto, visto que é a forma como reconstituímos simbolicamente tal objeto. No entanto, a representação é subjetiva, carregando consigo o caráter criativo e construtivo com que o sujeito interpreta o objeto, além da própria expressão do intérprete (JODELET, 2001). Por tanto, a representação de um objeto não é o objeto, mas a forma como o intérprete vê este objeto. A partir desta compreensão, Grossi (2006) resume o caráter metodológico das representações sociais.

As Representações Sociais a) “embora resultado da experiência individual, (...) são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem; b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que, c)

por sua condição de representação social, participam da constituição desses mesmos fenômenos; d) em decorrência do exposto em 'b', apresentam-se, em sua função prática, como máximas orientadoras de conduta; e) em decorrência do exposto em 'c' pode-se admitir a existência de uma conexão de sentido (solidariedade) entre os fenômenos e suas representações sociais, que, portanto, não são nem falsas nem verdadeiras mas a matéria prima do fazer sociológico (GROSSI, 2006, pág. 254).

Mesmo que exista a crença de poder resgatar referenciais reais para conferir sentido real aos signos e às imagens, Teixeira (2009) entende que é algo próprio da atual fase do sistema capitalista a confusão que não permite a separação entre o real e o signo, dando a sensação de que ambos estariam fundidos. Entretanto, o autor ressalta que a "representação espetaculista" do capitalismo, embora faça um movimento de confusão, não elimina a distinção entre o real e o signo.

Na psicologia, segundo Jodelet, as representações sociais provocaram um enriquecimento do paradigma "estímulo-resposta" (S-R), integrando também, primeiramente, sujeito, esquematicamente chamado "organismo" que produziu um novo modelo do esquema S-O-R. Depois, as estruturas mentais, representações, estados psicológicos internos, assumem um papel de protagonismo no processo de elaboração de conduta, o que vai ao encontro de Moscovici em sua tese de que "não há corte entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo (ou do grupo)" (JODELET, 2001, pág. 7 *apud* Moscovici, 1969, pág. 9). Esta mudança também atinge diversos campos das ciências humanas. E o estudo das representações sociais não pode, portanto, ignorar a multiplicidade de fatores cognitivos, afetivos e sociais que constituem o indivíduo e a sociedade.

As representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm (JODELET, 2001, pág. 7).

Para Jodelet, um postulado fundamental do estudo das representações sociais é o de uma inter-relação entre as formas de organização e comunicação sociais e as modalidades do pensamento social, sob uma perspectiva de suas categorias, suas operações e sua lógica. Postulado que teve sua primeira formulação em Durkheim, com o isomorfismo entre as representações e as instituições, vendo as categorias de classificação como sendo solidárias às formas de agrupamento social. Ela explica ainda que este postulado é presente em

Moscovici, que parte das divisões e interações sociais para sua explicação, em especial na comunicação.

Ele insistiu particularmente sobre o papel da comunicação social por muitas razões. Inicialmente, trata-se de um objeto próprio da psicologia social que contribui assim de maneira original para a abordagem dos fenômenos cognitivos. Além disso, a comunicação tem um papel fundamental nas trocas e interações que contribuem para a instituição de um universo consensual (JODELET, 2001, pág. 12).

É importante atentar, ainda, que os indivíduos não detêm de modo igualitário a mesma possibilidade de produção de sentidos, na forma de representações sociais. Alguns grupos ou setores da sociedade assumem papel de protagonistas do processo, enquanto outros assumem o papel de consumidores. No primeiro grupo não podemos deixar de perceber a mídia e sua função de explicação do mundo e produção de significados. (GROSSI, 2009).

4.2. Nos meios de comunicação de massa

Grossi (2009) defende que as mídias, ocupam papel entre os principais produtores de representações sociais nas democracias contemporâneas. E os conteúdos por elas produzidos exercem função orientadora das condutas dos diferentes atores sociais. Para entender a representação do jornalismo sobre si mesmo Benetti e Hagen (2010) apontam alguns pressupostos teóricos, que também nos permitem pensar como o jornalismo opera as representações sociais e como é afetado por elas. O primeiro identifica o jornalismo como um gênero discursivo, com especificidades que permitem a sua identificação por diferentes atores sociais e que colocam a diferença em relação a outros discursos midiáticos (BENETTI e HAGEN, 2010).

Os autores ressaltam também que, por seu um discurso, o jornalismo só pode existir na relação entre sujeitos e que estes sujeitos, envolvidos no discurso jornalísticos, possuem relações de poderes desiguais. O último pressuposto é que o jornalismo estabelece um contrato de comunicação. Os autores ressaltam que a resposta às questões “Quem diz? E para quem?” são elementos fundamentais desse contrato.

Morigi (2004), através de Farr (2003), identifica os meios de comunicação de massa como “importante componente cultural na teoria das representações sociais” (Farr 2003 *apud* MORIGI 2004, p5). Ele observa que estudos que têm como objeto as representações sociais nos meios de comunicação, incluem a análise de conteúdo de determinadas coberturas midiáticas sobre os temas tratados, como é o caso deste trabalho. A explicação é de que as representações se fazem presentes não apenas nas pessoas, mas também nos meios, o que obriga o pesquisador a fazer a análise em ambos os lugares (FARR, 2003 *apud* MORIGI 2004). É por meio das representações sociais que se pode entender os mecanismos que auxiliam na formação de imagens e significados apreendidos pela sociedade, construídos a partir do conteúdo produzido e difundido pelos meios de comunicação (Bergamashi, 2014).

Hoje, o autor identifica um excesso de informação, que deixa objetos, pessoas e acontecimentos insignificantes. O efeito é a colocação de ideias e formas de pensamento no mesmo espaço e com a mesma função de mercadorias, que, produzidas de forma seriadas, precisam de um consumo que acompanhe a produção (MORIGI, 2004).

“A ordem da atualidade, via da tecnicidade, é o consumo quantitativo das informações em alta velocidade, sem profundidade, ignorando a singularidade dos diferentes campos e atores sociais envolvidos” (MORIGI, 2004, p 9).

O autor ainda cita Ferreira (2003), para explicar que a realidade é substituída, vítima da proliferação de sentidos, dando lugar a uma nova realidade, produzida por discurso e imagens.

Teixeira (2009) entende que a ideia de espetáculo sintetizando o programa do sistema capitalista de produção em sua fase recente é tributário de uma noção clássica de representação. Para explicar melhor, cita Debord (1997) “tudo que era vivido se afastou numa representação. (DEBORD 1997 *apud* TEIXEIRA, 2009, p 76). A causa, para Morigi, no entanto, não seria a espetacularização, mas a banalização provocada pela neutralização entre a realidade e seus simulacros, produzidos pela mídia. No mesmo sentido, Teixeira cita Baudrillard (1991; 1996) que entende que “os mecanismos de produção atuais já não são os do espetáculo, mas os do simulacro e da simulação” (TEIXEIRA, 2009, p 77).

Desta forma, o fato social deixa de existir, dando espaço enquanto dado, passando a existir como construção midiática (MORIGI, 2004 *apud* VERÓN, 1997). Assim a “redução da realidade a um discurso formatado, produzido para ser veiculado em mídias de grande alcance, produz uma simplificação e banalização do real.” (MORIGI, 2004, p 6).

Quando os meios de comunicação difundem determinadas representações sociais, estas passam a fazer parte da opinião pública e tornam-se parte do senso-comum. Sendo assim, a forma como a comunicação influencia o processo de representações sociais constrói um meio de ligações e conexões de significados que exercem influência direta na forma como nos relacionamos e interagimos com as outras pessoas (MORIGI, 2004). Bergamaschi (2014) compreende bem a forma como as grandes mídias impactam na construção de sentidos.

A partir dessa reflexão, pode-se afirmar o impacto que as grandes mídias causam na criação dos sentidos que norteiam as escolhas individuais e sociais de cada pessoa. O modo como cada notícia é construída pode, de certa forma, determinar pensamentos-chave elementares na formação dos conceitos subjetivos dos indivíduos. Esse processo, se tomado como efeito cascata, pode-se aplicar à noção de que os meios de comunicação produzem sentido e alteram de modo significativo a construção dos valores pessoais também no que cerne e o modo de funcionar das instituições sociais (desde famílias, até empresas privadas, organizações públicas, etc.) (BERGAMASHI, 2014, p 44).

O discurso midiático, segundo Morigi, produz sentidos a partir de outros discursos produzidos socialmente. Sua força, porém, vem de seu caráter persuasivo de dar visualidade aos acontecimentos e também às interpretações, o que possibilita um acesso “relativamente plural às mensagens e à produção de sentido social.” O campo dos media acaba por integrar diversos campos sociais, dos quais toma referência para a produção de um “discurso de atualidade” (MORIGI, 2004).

Assim como os outros campos sociais, o campo midiático possui regras específicas, que rompem com a ordem do campo de origem e possibilitam uma leitura clara e coerente dos acontecimentos sociais, porém, isto ocorre de acordo com a ótica do campo (MORIGI, 2004). A simplificação do cotidiano pela mídia acaba promovendo um cenário de banalização, onde o que se destaca é apenas um simulacro da realidade (LANDOSWKSY, 1992 *apud* MORIGI, 2004).

“Portanto, a midiaticização é um processo no qual o “real” se produz sociotecnicamente e, através dele, se tem acesso à experiência da vida cotidiana, em forma de representação do mundo que se sujeita a lógica do mundo midiático e a sua espetacularização. Entre os dois reais, o virtual e o de referência, existe sempre uma lente que ora aumenta ora reduz o foco. Através dessa lente, contagiada pela visão de mundo do veículo, é que os campos e os atores sociais têm acesso às informações sobre a realidade social.” (MORIGI, 2004, p 9).

4.3. Segurança pública e violência

Grossi (2006) acredita que seja possível, através da análise de representações sociais, avançar no conhecimento sobre o fenômeno da violência. A autora lamenta que a análise das representações não tem recebido a atenção merecida da Sociologia no estudo do fenômeno da violência. Mantendo a ideia de representações com conhecimento de segundo grau, ela exemplifica, que ao invés de analisar, centralmente, os dados brutos sobre a violência, investigar o fenômeno pela perspectiva das representações coloca ao pesquisador a tarefa de interrogar o imaginário construído sobre o tema.

Compreender a violência e, em termos, seus resultados no âmbito da ação social nos obriga a buscar o que orienta a conduta dos atores e entender tal orientação dentro de um contexto social. (GROSSI, 2006). Em alguns casos, pode-se compreender que a violência constitui ela mesma um valor, como afirmação pela força (GROSSI, 2006). Penso que um exemplo seria o monopólio da violência pela organização policial, enquanto afirmação do poder do Estado. Em outros casos, a violência pode ser produzida como produto de outros valores ou crenças. Um trazido por Grossi seria a afirmação de virilidade, facilmente explicada pela autora através do uso do ditado popular “homem que é homem não leva desaforo pra casa”. Partindo deste postulado, Grossi explica que a ideia de violência varia de acordo com o contexto social em que é analisada.

Assim, o que os atores sociais nomeiam como violência varia segundo as representações que estes se fazem do fenômeno. Varia igualmente segundo a natureza da sociedade na qual o fenômeno é definido. Sob este aspecto, quanto mais uma sociedade é unilateral quanto a suas normas e valores, tanto menos aparece o caráter relativo do conceito e se tem a ilusão de objetividade construída por uma suposta unidade de pontos de vista. Sociedades mais plurais convivem com uma multiplicidade

normativa, coexistindo lado a lado, ou disputando hegemonia (GROSSI, 2006, p. 263).

A análise da violência através das representações sociais possibilita que se capte os sentidos em que os diferentes atores atribuem às suas práticas, compreendendo também seus contextos. Esta observação privilegia a subjetividade das representações, sem deixar de lado que estas só são construídas em um contexto ou ambiente objetivo (GROSSI, 2006). Grossi aponta estes atores como os protagonistas ou vítimas da violência, penso que possamos colocar aqui também um terceiro grupo de atores, os que reportam o fenômeno para o resto da sociedade, ainda que sejam parte do mesmo contexto, os jornalistas, mais especificamente os que trabalham com segurança pública, desempenham um papel importante na construção de sentido da violência. A objetividade é apresentada por meio de números, estatísticas que apontam um caráter da realidade do fenômeno. A subjetividade considera o que diferentes indivíduos e sociedades entendem como violência (GROSSI, 2006).

Aprofundando um pouco mais esta linha de raciocínio, é possível supor que existam, por um lado, contextos (objetivos) mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento da violência, e que por outro, o que é representado como violência (dimensão subjetiva) “participe” igualmente da realidade da violência. Se determinados contextos favorecem o desenvolvimento de manifestações de violência, esta, uma vez posta em ação, manifesta aos atores o poder de sua utilização. Neste sentido, uma violência que inicialmente se constitui a partir de um contexto propício produz, ou pode produzir, a violência como lógica de intervenção.” (GROSSI, 2006, pág 265).

A violência é, portanto, percebida, por alguns, como produtora do caos e precisar ser eliminada pela segurança pública. Para outros, é também resultado da forma de agir da própria segurança pública, particularmente das polícias que seriam responsáveis por reproduzir aquilo que seriam encarregadas de eliminar (GROSSI, 2009).

Entre mitos, verdades e equívocos, parece pertinente supor que violência e segurança pública passaram a compor, neste mundo contemporâneo de riscos e incertezas, um par conceitual a partir do qual a violência é o fantasma cada vez mais presente que afronta e põe em risco a segurança (GROSSI, 2009, pág.214).

Grossi (2009) ainda argumenta que sendo a realidade construída e representada por narrativas e imagens de guerra ou de paz, as orientações de condutas serão distintas. Sendo a imprensa um dos principais atores

contemporâneos da construção de representações sociais, a forma como os jornais representam as questões de violência exercem influência sobre a noção que a população cria de segurança pública e também sobre as políticas públicas a cerca da violência. Neste sentido, Grossi aponta algumas citações que repetidas nos jornais, recebem status de verdade, sem necessidade de verificação.

1. A violência no Brasil é um fenômeno que vem, nos últimos anos, crescendo sistematicamente e não dá mostras de retroceder. 2. Embora existente no espaço rural, é um fenômeno urbano, característico das grandes cidades. 3. A pobreza e a miséria são algumas das causas mais imediatas da violência. 4. A instituição familiar está em crise, provocando desagregação moral, enfraquecimento dos valores e violência. 5. A entrada da mulher no mercado de trabalho é responsável pela desestabilização da família e, em consequência, da sociedade. 6. A religião perdeu importância como mecanismo de controle social, e sem esse freio instaura-se o valeduto a partir do qual se mata e se morre por um tênis, um pedaço de pão, uma bicicleta. (GROSSI, 2009, pág 215).

Sem entrar no debate sobre quais afirmações seriam verdadeiras ou não, a autora salienta que o importante é entender que por força da repetição, elas ganham status de verdade no imaginário popular e assim, formam condutas. Acredito que além da repetição, seja necessário acrescentar o capital de credibilidade do veículo que transmite a ideia.

Cap. 5. A representação social da Polícia Civil segundo sua assessoria de imprensa e os jornais Zero Hora e Correio do Povo

5.1 Percorso metodológico

Para entender com é construída a representação social da Polícia Civil do Rio Grande do Sul em seu site oficial e nos jornais Zero Hora e Correio do Povo, optou-

se por utilizar o método de análise de conteúdo, definido por Bardin (2011) como um conjunto de técnicas metodológicas que fornecem desde cálculos de frequências até dados traduzíveis por inferências, deduções, oscilando entre o rigor dos dados e a subjetividade interpretativa. Fonseca Júnior (2005) explica que “na análise de conteúdo, a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre aspectos latentes da mensagem analisada” (FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 284).

Bardin defende que a “sutileza dos métodos da análise de conteúdo” é correspondente a dois objetivos. A “ultrapassagem da incerteza” respondendo se o que o pesquisador julga entender na mensagem, de fato está lá. E o “enriquecimento da leitura”, já que o entendimento de estruturas que apontem o objetivo das mensagens pode trazer leituras não compreendidas em um primeiro momento. (BARDIN, 2011, p 29).

É em Krippendorff (1990) que Fonseca Júnior (2005) encontra marcos de referência para a análise de conteúdo. Sendo eles: os dados, o contexto dos dados, o conhecimento do pesquisador, o objetivo da análise de conteúdo, a inferência como tarefa intelectual básica e a validade como critério de sucesso.

Bardin (2011) lembra ainda que não existe um forma única de análise de conteúdo e sim algumas regras básicas, sendo necessário reinventar a técnica adequando-a ao objetivo e ao domínio pretendidos. É claro, como ela mesma ressalta, que décadas de estudo fornecem um quadro de modelos possíveis.

Como o objetivo deste trabalho é identificar a representação social construída sobre a Polícia Civil do Rio Grande do Sul pela assessoria de imprensa da instituição e pelos jornais Correio do Povo e Zero Hora, era importante escolher um mês típico, isto é, em que as notícias fossem próximo possível do cotidiano, sem ser influenciadas por fatores externos.

Sendo assim, e buscando um período próximo, para que a análise tenha validade no presente, foi decidido que seria buscado um mês posterior a 2013, marcado por manifestações e já com alguma distância temporal. Então os meses de dezembro a fevereiro foram cortados, visto que é o período em que a instituição realiza uma ação diferenciada, voltando parte de seus servidores para o litoral, para

onde também se desloca parte importante da população gaúcha. Março e abril foram descartados pelo volume de manifestações populares contra o aumento das passagens. A partir de maio, até junho observou-se que a Copa do Mundo também influenciava no noticiário e no trabalho policial. O período compreendido entre agosto e outubro evidenciava a influência das eleições.

Cortando os meses entendidos como inadequados por sua influência externa, e dado o momento em que esta pesquisa foi realizada, dois meses sobraram como candidatos à análise, novembro de 2014 e março de 2015. Uma leitura flutuante, passo que Bardin sugere que seja o inaugural de uma análise de conteúdo, apontou que novembro oferecia uma riqueza maior de dados para o estudo. De forma que o corpus foi definido pela leitura flutuante, embora submetido a um critério anteriormente estabelecido.

A escolha pelos jornais Zero Hora e Correio do Povo também deriva de um critério estabelecido antes da leitura flutuante. Foram escolhidos por sua representatividade no cenário gaúcho e importância no cenário gaúcho.

A leitura flutuante também influenciou na decisão de construir a terceira tabela, que aponta as fontes utilizadas nas matérias e na decisão de não colocar os textos da assessoria de imprensa nesta tabela, visto que já se mostrava clara a inexistência de outras fontes que não as oficiais.

Obedecendo a regra da exaustividade, foram selecionadas todas as matérias que faziam alguma menção à Polícia Civil do Rio Grande do Sul, deixando de fora apenas as colunas opinativas que, embora tenham importância no entendimento da opinião dos jornalistas sobre o tema, não representam o fazer jornalístico no sentido noticioso.

A coleta de dados por um período estabelecido provocou uma discrepância entre o número de matérias dos jornais e o da assessoria de imprensa. Enquanto os jornais trazem poucas notícias sobre a Polícia Civil, diariamente, já que esta divide espaço na editoria de polícia com outros atores da segurança pública, o site da instituição, como era esperado, produz diariamente um volume maior de notícias sobre o trabalho policial, já que seu objetivo é a divulgação institucional. No total, o site da Polícia Civil publicou 209 notícias em novembro de 2014, enquanto no

Correio do Povo e na Zero Hora a Polícia Civil foi personagem em 53 e 32 matérias, respectivamente.

As matérias estudadas foram analisadas sob três aspectos diferentes. As formas como o trabalho policial era representado. Isto é, quando mencionada a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, qual característica do seu trabalho era mostrada. O segundo aspecto analisado foi o dos termos utilizados na construção do discurso jornalístico. E o terceiro foi quais atores sociais receberam espaço nas matérias.

As formas como o trabalho policial era representado, foram analisadas com o auxílio de uma tabela com três categorias, elaboradas a partir dos tipos-ideais de polícia apontados por Tavares dos Santos (2009), que são polícia de tipo-ideal autoritária, de tipo-ideal técnico-profissional, tipo-ideal comunitária e tipo-ideal cidadã, como descrito anteriormente. Para fins de instrumentalização da análise unificamos os dois últimos modelos de Tavares dos Santos em uma única categoria, que chamamos de polícia de consenso, nos apropriando do termo utilizado por Lea e Youg e acreditando que a escolha não acarretaria prejuízos ao estudo. Estas categorias foram divididas em indicadores apontando que tipo de trabalho policial era noticiado. Estes indicadores foram também elaborados a partir da leitura de Tavares dos Santos e alguns já haviam sido apontados por Bergamaschi (2014). No total esta tabela utilizou 35 indicadores. O trabalho referente à polícia judiciária foi incluído na representação de polícia de tipo-ideal técnico-profissional.

O segundo aspecto também foi analisado com o auxílio de uma tabela. Separamos os termos em dois grupos, o de palavras que transmitiam uma ideia de combate e o de palavras que transmitiam uma ideia de consenso. Para a elaboração deste grupo, além dos autores citados nos capítulos anteriores também foi utilizado o glossário das Forças Armadas de 2007. O último aspecto analisado resultou na terceira tabela onde foram apontadas as fontes utilizadas em cada matéria. As três tabelas foram transformadas em quadros que podem ser encontrados no apêndice.

5.2. Ausência ou pouca representatividade de polícia de consenso

O primeiro ponto que observamos nas tabelas do Correio do Povo e da Zero Hora é a inexistência de notícias que de alguma forma tragam uma representação

de Polícia de consenso. Das 32 matérias da Zero Hora e das 53 matérias do Correio do Povo¹, nenhuma trazia a representação de consenso. Também não foram registradas matérias que abordassem de forma crítica a ausência de ações de consenso por parte da Polícia Civil. Na realidade, a própria ideia de ações de consenso não foi abordada em nenhum momento nos jornais.

Já nos textos da assessoria, embora em uma proporção muito menor do que as representações de polícia autoritária ou técnico-profissional, as ações de consenso foram registradas. Das 209 notícias da assessoria de imprensa, 20 representam de alguma forma um trabalho de polícia de consenso, o que corresponde a 9,5% do material. É importante notar também que muitos destes textos trazem não trazem apenas uma representação de consenso. No total, as 20 notícias trazem 54 categorias de representação de consenso.

A notícia que mais se repete é a de palestras, oficinas ou atividades propostas pela polícia, estando presente em 12 matérias. Em nove oportunidades é trazida a presença da polícia na comunidade. Claro que aqui consideramos apenas quando esta presença é representada de forma pacífica. Ações preventivas são registradas oito vezes. Em menor número, ainda são registradas menções de colaboração da comunidade com a polícia, aprovação da polícia pela comunidade, a polícia como mediadora de conflitos, a participação policia em eventos comunitários, ações policiais de garantia dos direitos humanos, formação policial para ação comunitária, apoio policial a ações sociais e diálogo com a população.

A construção do discurso da assessoria utiliza termos que trazem a ideia de consenso em 15 matérias, que totalizam 26 registros destas palavras. Entre estes termos o mais utilizado, com seis registros foi “proteção”, seguido por “prevenção”, mencionado cinco vezes. A palavra “apoio” utilizada para relacionas polícia e comunidade foi registrada quatro vezes. As palavras “direitos” e “diálogo” contam com três registros cada. Ainda foram mencionados os termos “mediação”, “cidadania”, “parceria” e “assistência”. Os registros de palavras utilizados na construção do discurso e a média superior a duas categorias por matéria deixam

¹ A leitura flutuante do material mostrou que algumas ações de polícia comunitária ou cidadã da Brigada Militar ganharam espaço no Correio do Povo. Embora a análise destas matéria não tenha sido realizada, por fugir do escopo deste trabalho, esta diferenciação parece merecer um olhar mais atento em um novo estudo.

clara a formação de uma representação de polícia de consenso nos textos. De fato, 19 matérias representam a polícia civil apenas através de ações típicas de uma polícia comunitária ou uma polícia cidadã. A exceção é a matéria número 98, que fala sobre uma prisão, mas descreve a colaboração da população no trabalho policial.

Embora estas matérias tragam uma representação comunitária da Polícia Civil, o fato de corresponderem a pouco menos que 10% do material produzido indicam que este é um tipo de representação menor, que nos permite concluir que a Polícia Civil não julga a construção de uma imagem de consenso como prioritária. Em relação aos jornais Zero Hora e Correio do Povo, as ações de consenso da Polícia Civil não parecem ser consideradas como valor-notícia nos espaços em que os diários tratam de segurança pública. Na verdade, a ausência de críticas ou indagações sobre a falta de ações policiais que objetivem construir um diálogo com a população sinalizam uma possível falta de interesse editorial na promoção deste debate.

5.3. Polícia técnico-profissional, mas repressiva

A representação de uma polícia técnico-profissional está presente em 192 matérias da assessoria, o que corresponda a 91,8% das notícias, nas quais foram registradas 457 categorias que representam um tipo de polícia técnico-profissional. O registro mais comum é o de cumprimento de mandato, próprio de uma polícia judiciária, com 100 registros.

As prisões foram divididas em preventivas ou temporárias, com 96 registros, flagrante com 74 registros e condenatórias com 18 registros. Se fossem unificadas em uma categoria, as prisões estariam seriam os fatos mais noticiados, com 188 registros. No entanto, a separação se faz importante para a análise específica que faremos depois. As apreensões também ganharam bastante espaço, com 87 registros.

Já a representação de um trabalho investigativo, próprio de uma polícia técnico-profissional, esteve presente em 58 matérias. O trabalho com inquéritos, seja a abertura, o andamento ou a conclusão, a procura por suspeitos, o pedido de mandatos e os trabalhos de perícia não atingiram 10 registros cada. Vale ressaltar

que, embora as perícias no Rio Grande do Sul fiquem a cargo do Instituto Geral de Perícias, órgão independente da Polícia Civil gaúcha, o trabalho de investigação utiliza o trabalho dos peritos do IGP. Cabe ainda ressaltar a única categoria presente na tabela que não foi identificada nas matérias analisadas que é de textos sobre a utilização de recursos técnicos para o trabalho investigativo. No total, em 209 matérias, 87 vezes a Polícia Civil foi representada com um caráter investigativo, o que equivale a 41,6% das matérias. Por outro lado, as ações de polícia judiciária, somam 375 registros, aproximadamente 1,8 registros por matéria.

Tendo as categorias próprias de uma polícia judiciária registrado 100 vezes a categoria de cumprimento de mandato, 275 foram prisões ou apreensões. As prisões e apreensões foram colocadas no grupo das categorias de representação de uma polícia técnico-profissional por serem designações de polícia judiciária. No entanto, mensurar a eficiência do trabalho pelo número de prisões e apreensões é próprio de uma polícia do tipo autoritária.

A presença de 275 registros de representação da Polícia Civil realizando prisões ou apreensões permite concluir que este tipo de ação constitui um valor-notícia prioritário para a assessoria de imprensa da instituição. Também é possível concluir que mesmo quando representa a Polícia Civil como uma polícia do tipo-ideal técnico-profissional, o caráter repressivo é muito presente.

É importante observar ainda os dados referentes a prisões. Das 188 vezes em que foram noticiadas prisões, apenas 18, menos que 10%, foram de pessoas já condenadas pela Justiça. Em 74 casos, pouco menos que 40%, são prisões em flagrantes e as prisões preventivas ou temporárias correspondem a 51% dos casos, com 96 registros. Não é o objetivo deste trabalho analisar os tipos de prisão que a polícia tem realizado, embora seja um tema importante. No entanto, a observação dos tipos de prisão noticiadas pela assessoria de imprensa da Polícia Civil reforça a ideia de que a instituição entende como importante se representar como uma polícia que realiza muitas prisões, mesmo que os presos ainda não tenham sido condenados, reforçando uma representação autoritária.

No Correio do Povo também são registradas muitas vezes em que a Polícia Civil é representada como um polícia do tipo-ideal técnico-profissional. Em 53 textos analisados, esta representação se repete 102 vezes e está presente em todas as

matérias, ou 1,92 registros por matéria. Dentro deste grupo de representações, a mais comum é a que se refere ao trabalho de investigação, citado em 46 matérias, o equivalente a 86% das matérias, aproximadamente. A perícia, parte do processo investigativo, é citada cinco vezes. Prisões e apreensões somam 30 registros, sendo três de prisões em flagrante, 12 de prisões preventivas ou temporárias e 15 de apreensões, totalizando 56,5% das matérias. Chama a atenção que não existe nenhum registro de prisão condenatória noticiada. O trabalho com inquéritos, seja referente à abertura, andamento ou conclusão é registrado oito vezes, cumprimentos de mandatos aparecem em seis textos e em quatro oportunidades é citada a utilização de recursos técnicos para a investigação. É possível concluir que a representação mais comum da Polícia Civil no Correio do Povo é a do tipo-ideal técnico profissional. Contudo, os dados sobre prisões demandam uma reflexão que faremos em conjunto com os dados da Zero Hora, visto que a tabela nos apresenta informações semelhantes. Antes, porém, é importante observar os dados do jornal da RBS.

O jornal Zero Hora apresenta um quadro semelhante em diversos aspectos, de 32 matérias, 31 trazem alguma forma de representar a Polícia Civil como uma polícia técnico-profissional, totalizando 76 registros, uma média de 2,37 registros por matéria. Assim como no Correio do Povo, o maior número de registros é referente à investigação, presente em 31 matérias. O trabalho de perícia recebe cinco registros. Prisões e apreensões somam 19 registros, sendo cinco prisões em flagrante, dez prisões preventivas ou temporárias e quatro apreensões, equivalente a 59,3% das matérias. Novamente nenhuma prisão condenatória é noticiada. A utilização de recursos técnicos para o trabalho de investigação é citado em oito textos, o andamento, abertura ou conclusão de inquéritos é citado cinco vezes, enquanto o cumprimento de mandatos e a procura por suspeitos são registrados em quatro matérias cada.

Embora os dois jornais representem majoritariamente a Polícia Civil como um polícia de tipo-ideal técnico-profissional, é importante não perder o critério utilizado na análise da assessoria de entender que prisões são atribuições de uma polícia deste tipo, mas que mensurar a eficiência do trabalho policial pelo número de prisões e apreensões é característica de uma polícia autoritária. Zero Hora quanto

Correio do Povo noticiaram prisões e apreensões em 59,3% e 56,5% das matérias estudadas, respectivamente.

É possível concluir, por tanto, que prisões e apreensões constituem um valor-notícia importante para os dois periódicos. A falta de notícias sobre prisões condenatórias e a total ausência de questionamentos sobre isso, permitem concluir ainda que as duas publicações compartilham de um entendimento de que é necessário realizar um grande número de prisões e apreensões, o que reforça a ideia de uma polícia do tipo-ideal autoritária.

5.4. Representações de combate

Observando que, embora minoritária em relação à representação de polícia de tipo-ideal de combate, a representação de polícia autoritária esteve bastante presente nas matérias analisadas e que as palavras que denotam uma ideia de combate também foram muito utilizadas, cabe uma análise isolada deste tipo de representação e do uso destas palavras.

5.4.2 Segundo a assessoria de imprensa

É preciso observar também as vezes em que as matérias em algum momento apresentaram ações que tipicamente representaram a Polícia Civil como uma polícia do tipo-ideal autoritária. Entre as 209 notícias publicadas no site da assessoria de imprensa da instituição, 64 ou 28,7%, apresentaram algum fato que representava o trabalho policial desta forma. No total, estas 64 matérias trouxeram 76 registros, pouco mais que 1,1 registros por texto. A representação mais comum desta categoria foi a de mensurar a eficiência do trabalho policial pelo número de prisões e apreensões, com 40 registros, aproximadamente 17,2%.

Para evitar confusões com a discussão anterior, também é importante salientar que este não é o dado de prisões, que, como explicado anteriormente, foi incluído no grupo de representações de polícia técnico-profissional, embora o grande volume tenha trazido este conceito. Foram registradas aqui notícias que traziam diretamente a ideia de que prisões e apreensões indicavam um bom trabalho policial.

Outras 20 vezes, aproximadamente 8,6% do total de notícias, estava presente a ideia de uma polícia que efetua abordagens, revistas e inspeções. Outras representações “mapear comportamentos buscando inimigos”, “considerar o espaço da cidade como território inimigo”, “entender que maior número de efetivo ou de armas representam mais segurança”, “rejeição da população”, “falta de colaboração da população” e “ideologia bélica” somadas obtiveram 16 registros.

O fato de 28,7% das notícias representarem o trabalho da polícia por um viés autoritário permite concluir que este tipo-ideal de polícia encontra respaldo na construção da imagem institucional produzida pela assessoria de imprensa. Quando são analisadas também as palavras utilizadas na elaboração dos textos, esta hipótese ganha força. Das 209 notícias analisadas, 90, ou 43%, utilizam algum termo que remeta à ideia de combate. No total estes termos aparecem em 122 oportunidades.

O mais comum é “operação”, utilizado em 62 notícias. A palavra é utilizada para nomear as ações policiais, para entender de que forma este termo reforça a ideia não apenas de combate, mas até mesmo de uma polícia militarizada, convém ler a explicação deste verbete no Glossário das Forças Armadas: “operação - Ação militar, para a execução de uma missão de natureza estratégica ou tática de combate ou logística, em adestramento ou instrução” (Glossário das Forças Armadas, 2007). Embora palavra pareça ter sido internalizada na construção do discurso da assessoria de imprensa, o sentido no qual ela é empregada é sempre o mesmo apontado pelo documento do Ministério da Defesa.

A segunda palavra mais usada é apoio, com 18 registros. É importante diferenciar que nesta seleção o termo foi considerado quando utilizado para referir apoio tático de outras forças policiais. Quando utilizado no sentido de auxílio à comunidade ou entidades desvinculadas à Segurança Pública, o termo foi colocado na categoria de consenso. As palavras “captura” e “combate / confronto” vêm logo em seguida com 14 e 12 registros, respectivamente. Os conceitos de “patrulhamento”, “guerra”, “território de inimigo ou de combate”, “ataque”, “força”, “ofensiva”, “cerco” e “repressão”, totalizaram outros 16 registros.

Entendendo os termos utilizados no discurso noticioso como parte da construção de uma representação da realidade, e observando que quase a metade

das notícias utiliza palavra que constroem uma ideia de combate ou conflito, podemos concluir que este discurso fortalece uma ideia de polícia que é representada como sendo do tipo-ideal autoritária e com fortes características do modelo militarizado francês.

5.4.3 Nas páginas dos jornais Correio do Povo e Zero Hora

Das 53 notícias do Correio do Povo, 23 trazem alguma representação que mostre o trabalho da Polícia Civil do Rio Grande do Sul como típico de uma polícia do tipo-ideal autoritário. Já o jornal Zero Hora apresenta um quadro relativamente próximo ao número de notícias que trazem alguma representação da Polícia Civil como polícia de tipo-ideal autoritária. Das 32 matérias analisadas, 12 se enquadraram neste grupo. Enquanto no Correio do Povo este grupo de notícias equivale a aproximadamente 43,2% do total, na Zero Hora este percentual cai para 37,5%.

O quadro, no entanto, é invertido quando observados os números de registros por matérias. Os 23 textos do Correio do Povo apresentam um total de 37 registros, ficando com uma média de 1,6 registros por matéria. Já a Zero Hora apresenta 27 registros em 12 textos, alcançando a média de 2,25 registros por matéria.

Nos dois jornais a representação de polícia do tipo-ideal autoritária mais comum e comum é a mensuração do trabalho policial pelo número de prisões e apreensões, com 11 registros, aproximadamente 20,5% do total de matérias do Correio do Povo e seis da Zero Hora, o que é equivalente a 18,7% do total de textos analisados. O que reforça também conclusão anterior de que o número elevado de prisões noticiado apontava para esta categoria como um valor-notícia.

No Correio do Povo, a segunda categoria mais registra é a de uma polícia que mapeia comportamentos a procura de inimigos com oito registros. Na Zero Hora este item também aparece na segunda colocação, mas empatado com a representação de uma polícia que considera espaço da cidade como território inimigo, com cinco registros. Este último aparece como terceiro colocado no Correio do Povo com seis registros.

Esta análise aponta uma grande similaridade tanto na proporção de representações da Polícia Civil como polícia de tipo-ideal autoritária quanto nas representações específicas. Também é importante observar que nos dois jornais este tipo de representação é mais comum, proporcionalmente, do que nos site da instituição. De modo que podemos entender que os jornais reforçam uma representação autoritária.

Novamente, a hipótese é reforçada quando analisadas as palavras utilizadas nas construções dos textos. Entre 53 notícias analisadas no Correio do Povo, 27 ou 50,3% trazem palavras que remetem à ideia de combate, enquanto dos 32 textos da Zero Hora, 15 ou aproximadamente 47,1% apresentam palavras do mesmo grupo. Ambos com números ligeiramente maiores, proporcionalmente, que o da assessoria, que traz estes termos em 43% de seus textos.

No total, as 15 matérias da Zero Hora apresentam 26 registros de palavras deste grupo, uma média de 1,7 registros por texto, enquanto as 27 do Correio do Povo trazem 46 registros, média de 1,73 registros, praticamente a mesma. A palavra mais comum em ambos repete ao termo mais utilizado na assessoria, “operação”, com aparecendo em 12 matérias do Correio e seis da Zero Hora. O empate se repete na segunda palavra, “confronto ou combate”, aparecendo em oito textos do jornal da Record e cinco no periódico da RBS. Ambos ainda apresentam registros das palavras “guerra”, “luta”, “território” (referindo-se a um espaço inimigo), “captura”, e “ataque”. As diferenças ficam por conta de “patrulhamento”, com um registro em Zero Hora e “repressão” com dois registros no Correio.

A semelhança entre os dois jornais na maneira de trazer representações de polícia de tipo-ideal autoritária, somada a utilização dos mesmos termos, na mesma proporção aponta que, possivelmente, as duas publicações dividem uma mesma ideia editorial sobre segurança pública. Construindo textos que apontam para um ambiente de combate no qual é inserida de maneira acrítica uma representação de polícia autoritária. É importante ressaltar que a constatação desta construção não nos permite, no entanto, afirmar que ela ocorra de forma deliberada. As razões que levam a construção da forma como os jornais representam a Polícia Civil do Rio Grande do Sul fogem do escopo deste trabalho, limitado a verificar que tipo de representação é esta e como os veículos se posicionam em relação a ela.

Outro indicativo interessante sobre a posição editorial dos jornais em relação à representação da Polícia Civil por eles construída é o tipo de fontes utilizadas na construção de seus textos. Que atores sociais ganham espaço para falar nas matérias em que o trabalho da Polícia Civil é citado?

Em 32 matérias da Zero Hora, apenas uma não conta com uma fonte oficial, o que acontece em três, dos 53 textos do Correio do Povo. Fontes especializadas só têm espaço em uma matéria do Correio e em três da Zero Hora. No jornal da Record, fontes da comunidade falam em apenas quatro matérias, no da RBS o número é um pouco maior, seis. O segundo tipo de fonte mais ouvida nas duas publicações é o de pessoas ligadas às vítimas, aparecendo cinco vezes no Correio e oito vezes na Zero Hora. Por outro lado, apenas uma notícia da Zero Hora dá voz a quem é acusado, enquanto o Correio permite isso três vezes. É importante salientar que um dos acusados que teve voz no Correio era uma empresa de revenda de carros, acusada de fraude. As outras duas notícias tinham um mesmo acusado, uma secretaria municipal de saúde, acusada de negligenciar socorro.

Em ambos os casos, só atores sociais diferenciados do cidadão comum tiveram direito a espaço quando acusados nos jornais. Se as análises das tabelas anteriores apontaram a construção de um ambiente de combate e uma representação da Polícia Civil como uma polícia autoritária, a predominância de fontes oficiais permite concluir uma legitimação desta postura. Tanto que aqueles que são acusados por esta polícia, não têm direito a dar a sua versão dos fatos nas páginas dos jornais, mesmo que as teorias do fazer jornalístico indiquem que se deva buscar uma pluralidade de vozes. A falta de espaço também para especialistas em temas ligados à segurança pública autoriza a conclusão de que editorialmente estes jornais reconhecem nas fontes oficiais a autoridade máxima para falar sobre o tema.

Considerações finais

Observando os apontamentos de Traquina (2008) sobre a notícia como narrativa, as leituras de Grossi e Jodelet sobre representações sociais e o papel do jornalismo em relação a elas e considerando os tipo-ideal de polícia caracterizados por Tavares dos Santos (2008), inseridos em uma divisão entre polícia de consenso e polícia militarizada como mostradas por Lea e Youg (2001). A análise dos dados nos permite algumas conclusões sobre como a Polícia Civil do Rio Grande do Sul é representada por sua assessoria de imprensa e pelos jornais Zero Hora e Correio do Povo, além de levantar algumas novas questões.

A primeira conclusão é que trabalhos característicos de uma polícia comunitária ou cidadã, realizados pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul, recebem pouco espaço no site da instituição e não são noticiados pelos jornais Correio do Povo e Zero Hora. Não parecendo ter nenhum valor de noticiabilidade para estes jornais. A não representação da Polícia Civil como uma polícia comunitária ou cidadã pelos periódicos podem indicar que estes não a entendem desta forma, mas partindo deste pressuposto, se os jornais, editorialmente, fizessem oposição à ausência de ações de consenso por parte da polícia, esta não representação seria acompanhada de crítica, o que não acontece. De forma que não existe a representação social de uma polícia de consenso nos jornais e isto é visto de maneira acrítica.

Entendendo que a assessoria tem o papel de atender à imprensa e divulgar o trabalho da instituição, buscando que as ações da polícia ganhem espaço nas páginas dos jornais, a análise dos dados nos coloca também dois questionamentos, que, embora fujam da proposta desta monografia, devem ser analisados em um novo trabalho. A falta de espaço para ações comunitárias e cidadãs da Polícia Civil nos jornais exerce influência para que estas tenham pouco espaço também no veículo institucional? Esta falta de repercussão influencia de alguma forma o próprio trabalho policial desencorajando este tipo de ações?

Também podemos notar que os fatos relativos ao trabalho policial que ganham mais destaque, tanto no site oficial, quanto nos jornais são os que representam um trabalho técnico-profissional, sendo esta a principal representação social construída sobre a Polícia Civil nos três veículos, com um reflexo muito forte

de polícia judiciária nos jornais. Neste sentido, a maioria das notícias ligava o trabalho policial a investigações, mas também em grande parte as notícias falavam sobre prisões. A ideia de que a polícia realiza muitas prisões foi uma constante, sem nunca existir um questionamento sobre as prisões realizadas, ainda que nos jornais nenhuma prisão fosse condenatória.

As notícias sobre prisões levantam uma questão que, embora não faça parte do escopo deste estudo, deve ser estudada em outra pesquisa: considerando que em apenas um mês o site oficial da Polícia Civil do Rio Grande do Sul noticiou 188 prisões, sendo apenas 18 condenatórias, é importante questionar se não está havendo um excesso de prisões de pessoas que ainda não foram julgadas.

Embora minoritária em relação à caracterização técnico-profissional, a representação de polícia autoritária foi bastante presente, também sem ser questionada. Na verdade, a falta de questionamentos foi constante. A inexistência de tensionamento à informação oficial também se instituiu como regra no material analisado. O trabalho policial praticamente não sofreu questionamentos e os servidores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul foram colocados como única fonte a ser ouvida na maioria absoluta das matérias. Neste sentido, a inexpressiva utilização de fontes especializadas talvez indique uma visão simplificada de enxergar temas relativos à segurança pública, ou exista um entendimento editorial de que este é um tema que não carece de um debate mais aprofundado, tendo as editorias, diariamente a função noticiar o factual.

Já a falta de espaço para aqueles colocados como acusados nas matérias, ou mesmo de seus representantes parece apontar para um julgamento prévio, negando-lhes o espaço de defesa. Ainda que, como já foi ressaltado, a maioria não tenha sido julgada ainda.

Os termos utilizados na construção dos textos também demonstraram uma forma de adesão a um modelo de polícia de combate. A grande similaridade nos fatos noticiados e nos termos utilizados nas construções das narrativas veiculadas pelos jornais Zero Hora e Correio do Povo também parecem indicar que existe um mesmo modo de pensar o jornalismo de segurança pública, ou de editoria de Polícia, que não apenas corrobora, mas reforça o caráter de uma polícia repressiva,

em um ambiente de combate, sem buscar ações preventivas ou de construir uma boa relação com a comunidade.

Por fim, entendendo que os jornais Zero Hora e Correio do Povo, além da assessoria de imprensa da Polícia Civil do Rio Grande do Sul constroem uma representação social de uma polícia de tipo-ideal técnico-profissional, repressiva, de maneira acrítica e unilateral, é possível apontar que as razões que motivam tal construção precisam ser analisadas com cautela, em um novo estudo, que observe a realidade das redações, as relações cotidianas dos jornalistas com as fontes policiais, as dificuldades de seguranças impostas ao trabalho jornalístico na cobertura de fatos relativos à segurança pública, entre outros aspectos que possam surgir.

Referências:

AREUDA, Ângela. **Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero**. Cadernos de Pesquisa, n. 117 – 147. Novembro 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Título original: L'analyse de contenu. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo, Edições 70, 2011.

BARROS, Antonio (orgs.). **Metódos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

BENETTI, Márcia; HAGEN, Sean. **Jornalismo e imagem de si: O discurso institucional das revistas semanais**. Estudos em Jornalismo e Mídia. 2010. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2010v7n1p123/12703> Acessos em 22 de junho de 2015.

BERGAMASCHI, Lissara. **MÍDIA E POLÍCIA: Análise sobre a cobertura midiática das ações policiais nas manifestações de Junho de 2013 em Porto Alegre**. 2014

DA SILVEIRA FONSECA, Virginia Pradelina. **Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo**. Ufrgs Editora, 2008.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. **Análise do conteúdo**. In: DUARTE, Jorge

GROSSI, Maria Stela Porto. **Crenças, valores e representações sociais da violência**, Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 250-273

JODELET, Denise. Représentations sociales: um domaine em expansion. In D. Jodelet(Ed.) **Les representations sociales**. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Paris PUF, 2001.

Kovach, Bill; Rosenstiel, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. Geração Editorial, 2003.

LEA, John; YOUNG, Jock. **Qué hacer con la ley y el orden?**. Tradução de Martha B. Gil e Mariano A. Ciafardini. Buenos Aires: Ed. Del Puerto, 2001.

MORIGI, Valdir José. **“Teoria Social, Comunicação: Representações Sociais, Produção de Sentidos e Construção dos Imaginários Midiáticos”**. Revista eletrônica e-compos, n. 01. Dezembro de 2004. Disponível em <www.compos.org.br/e-compos>. Acessos em 22 Junho de 2015.

PARK, Robert E. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento**. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008 (51-70).

PETRARCA, Fernanda Rio. **"Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul."** *Política & Sociedade* 7.13 (2009): 311-329.

Sodré, Nelson Werneck. ***História da imprensa no Brasil***. Ed Martins Fontes, 1983
SOUSA, Jorge Pedro. **"Uma história breve do jornalismo no Ocidente."** **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa**. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa (2008): 12-93

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo, 2009.

TEIXEIRA, Alex Niche. *A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia*. UFRGS, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume II, A tribo jornalística interpretativa transnacional**. Florianópolis: Ed. Insular: 2008

APÊNDICE

O trabalho original foi realizado em uma planilha de Excel onde foram criadas três tabelas para cada veículo analisado. Uma tabela com as formas em que o trabalho da Polícia Civil é representado, outra com as palavras utilizadas na construção das notícias e uma terceira com os tipos de fontes utilizados. Esta última não foi utilizada para as notícias da assessoria, que como percebemos utiliza apenas as fontes policiais. A seguir, os quadros resultantes das tabelas podem ser analisados.

Quadro com as representações do trabalho da Polícia Civil do Rio Grande do Sul

		Assessoria	Zero Hora	Correio do Povo
Polícia Autoritária	Efetua abordagens, inspeções e revistas	9,33,34,43,56,58,78,95,96,120,124,128,139,140,147,159,164,168,174,199	15,20,21,29,	7,31,53
	Produtividade mensurada por número de prisões e apreensões	12,17,20,27,30,31,33,34,36,41,44,49,58,60,63,64,66,74,75,80,87,96,97,103,104,123,131,138,142,144,155,156,165,167,172,173,178,199,201,205	12,15,20,21,23,26	9,10,13,14,17,22,24,31,36,44,53
	Mapeia comportamentos em busca do inimigo;	56,78,168,70,166,171	9,12,21,26,27	6,10,14,23,24,31,35,44
	Desrespeita a liberdade de imprensa	58,150	-	-
	Abuso de autoridade;	-	-	-
	Mais policiais e mais armar igual a aumento da segurança;	58,150	-	31
	rejeição da população	171	11	39,47
	Falta de colaboração da população	171	28,29	38
	Considera espaço da cidade como território inimigo	62, 79, 82, 86,159	15,23,26,27,28	5,13,16,19,23,31
	Ideologia bélica	165	21,26,27,	19,21,23,31
	Corrupção	-	32	-
	Uso da força	-	-	49

Técnico-profissional	prisão condenatória	18,19,22,33, 36,44,50,60, 71,73,77,80, 87,97,130, 160,170,195	-	-
	prisão em flagrante	1,3,5,6,10,11,16,18,2 4,26,27,35,38,43,48, 56,58,62,63,66,67,68 ,78,79,82,83,85,90,9 2,95,96,98,101,102, 108,111,112,113,115 ,117,120,124,125, 127,131,134,135,140 ,143,144,147,151, 153,154,159,162, 164,165,171,173, 176,180,181,182, 183,185,187,194, 197,201,202,205, 206,207	10,21,22,28,29	13,35,53
	temporária ou preventiva	4,7,9,12,13,14,15, 19,20,21,23,25,28,29 ,30,31,32,33,34,36,3 9,40,41,44,47,49,55, 57,59,60,63,69,72,75 ,76,77,80,84,87,89,9 1,93,94,97,99,100,10 3,104,105,106,107, 109, 110,116,118,119, 122,123,131,132, 133,135,136,137, 138,139,141,142, 145,148,149,155, 156,158,161,163, 165,166,167,169, 170,172,175,177, 178,179,184,187, 189,191,196,198, 200,203,208,209	5,6,9,12,15,23,25, 26,27,31	9,10,14,17,18,22,23,24,31,34,36,44 46,47,48
	Apreensão	2,3,16,18,21,26,27,3 3,34,35,41,42,48,58, 61,62,63,64,65,67,68 ,70,71,74,75,79,81,8 2,83,85,86,90,95,96, 98,101, 102,103,104,105, 108,111,112,113, 115,117,119,120, 126,127,131,139, 140,143,144,147, 148,151,154,155, 156,159,161,162, 163,164,166,167, 168,171,173,174, 175,176,180,181, 182,183,186,188, 189,194,199,200, 201,202,206	5,12,15,21,	7,13,14,17,23,24,25,35,36,42,44,53
	Textos relativos a inquéritos	39,42,123,129,132,1 40,142,171	9,13,14,18,25	1,3,11,18,30,32,52,53
	Perícia	81,99,145	1,7,16,18,	1,27,40,42,43

	Investigação	79,81,82,85,86,89,94,95,99,102,104,105,106,110,111,115,124,128,129,136,137,139,145,148,151,155,160,161,162,167,171,177,189,201,205,206	Todas entre a 1 e a 31.	Todas, exceto 7,22,24,36,46,47,
	procura por suspeito	36,50,80,126,129,136,160,165, 189,	9,15,20,25	34,48
	pedido de mandado	31, 53	-	18
	Recursos técnicos para investigação	-	4,7,12,20,24,26,27,30	1,4,10,21
	cursos/ seminários técnicos/ jurídicos	17, 152	-	
	cumprimento de mandado	4,5,6,7,9,12,13,14,15,16,18,19,20,22,24,25,27,29,30,31,32,33,34,36,40,42,47,48,49,50,55,59,60,61,62,63,64,65,68,69,70,71,72,73,74,77,80,82,83,84,85,86,101,102,103,104,106,109,111,112,116,117,120,126,127,131,136,139,140,142,147,148,151,154,155,163,165,166,167,168,169,170,175,176,178,180,181,182,184,186,187,188,189,191,195,196,198,201,202,209	12,15,21,26	10,14,17,24,31,34
Consenso	Ações preventivas	8,46,52,54,121,157,192,204	-	-
	Colaboração da comunidade	26,85,98,113	-	-
	Apoio da comunidade	144, 193	-	-
	Mediação de conflitos	192, 193	-	-
	Participação em eventos comunitários	45,51,52,88,190	-	-
	Ações de garantia dos Direitos Humanos	51,193	-	-
	Formação comunitária	88	-	-
	Palestras e oficinas	8,37,45,46,54,121,146,157,190,192,193,204	-	-
	Apoio a ações sociais	37,45,51,42,54	-	-
	Diálogo com a população	45,121,157,204	-	-
	Presença na comunidade	46,51,52,121,146,157,190,192,204	-	-

Fonte: autor

Quadro de palavras utilizadas na construção dos textos:

		Assessoria	Zero Hora	Correio do Povo
Combate	Combate/ confronto	33,34,47,67,87,97,151, 155,156,176,199,200	3,15,23,26,29	1,5,6,17,23,31,40,47
	operação	2,3,10,19,27,31,33,34, 37,39,49,54,57,59,63, 65,71,73,75,76,79,80, 81,86,87,92,97,104,105, 107,112,118,120,124, 129,132,135,140,141, 143,145,148,151,155, 156,157,159,165,166, 168,169,176,188,189, 199,200,201,206	9,12,21,23,26	9,10,14,17,22,23,24,31, 34,36,44,52
	incursão		-	-
	patrulhamento	148	20	-
	guerra	14	15,26	5,16,19,21,23,31,
	Luta	-	15	38
	inimigo	-	-	-
	território inimigo ou de combate	50,127,129,130,148,	15,23,28	5,13,16,19,23,31
	Ataque, ofensiva	105,176	3,10,26,30	4,14,17,20,39,45,48
	Força	95	-	
	captura	25,37,56,78,112,127, 129,132,160,165,173, 177,181,190	5,6,20,26	22,23
	Repressão	77,95,135,144,	-	52
	Missão	-	-	-
	Apoio (operativo)	9,10,33,34,48,61,67,76, 78,108,131,147,150,151 ,153,156,161,171	-	21,22
tática/ cerco	49	-	-	
Consenso	Cooperação	-	-	-
	diálogo	88,155,164,	-	-
	mediação	121,163	-	-
	auxílio	-	-	-
	prevenção	52,121,155,157,158,	-	-
	parceria	157	-	-
	reunião	-	-	-

	cidadania	158	-	-
	direitos	6,18,201,	-	-
	colaboração	-	-	-
	proteção	6,17,18,20,155,201	-	-
	apoio (comunitário)	63,158,172,	-	-
	assistência	172	-	-

Fonte: Autor

Quadro de fontes:

	Oficial	Especialista	Comunidade	Acusado ou alguém que fale por ele	Vítima ou alguém que fale por ela
Zero Hora	Todas com exceção da 22	7, 20, 26	1,2,3,7,18,29	17	7,14,17,19,22,24,29,32
Correio do Povo	Todas com exceção da 12 e da 16	3,	1,28,39,40	30,32,52	8,15,29,45,52

Fonte: Autor